



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1984.
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos,
secretariada pelos senhores deputados

Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagnão de Mattos. Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal,
o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Sob
a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede a leitura da
ata da sessão anterior a qual é aprovada
sem observações.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Para
acompanhar o Sr. Secretário de Estado
do Planejamento até este recinto, designo uma
Comissão integrada pelos Srs. Werner Wanderer
e Nestor Baptista.

Sua Excelência o Sr. Secretário do Estado
do Planejamento Sr. Belmiro Valverde Castor,
responderá aos Srs. Deputados sobre fatos que
originaram a aprovação pela Casa, de requerimento
cujo teor passo a ler.

SÚMULA: Convocação de Secretário de Estado.

Os Deputados componentes da Bancada
do PMDB, do Estado do Paraná, infra-assinados,
com base no artigo 92 e seguintes, do Regimento
Interno desta Assembléia Legislativa, e artigo 20,
da Constituição do Estado, requerem, após ouvido
o Plenário, sejam convocados os Srs. Secretários de
Estado, Belmiro Valverde Jobim Castor, do Planejamento,

e Erasmo Garanhão, das Finanças, a fim de prestarem
esclarecimentos sobre os fatos que originaram
a criação de uma Comissão de Alto Nível, determinada
pelo Decreto nº 2934/84.

Outrossim, fulcrado no artigo 92, §1º, do
Regimento Interno deste Poder, que os mesmos
compareçam, o primeiro no dia 15 do corrente
às 14:30 horas, e o segundo, dia 16, às 14:30 horas,
para serem ouvidos em sessão plenária especial,
deste Poder.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1984.”

Assinado por diversos Senhores Deputados.

Informo ainda aos ilustres Srs. Deputados
que a sessão será inteiramente destinada à explanação
do Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento,
conforme mandamento Constitucional, artigo 20
da Constituição do Estado, combinado com o
artigo 92, do Regimento Interno que passo a ler:

“CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ.”

Art. 20. Os Secretários de Estado serão obrigados
a comparecer perante as Comissões ou Plenário
da Assembléia Legislativa, quando esta os convocar
para pessoalmente prestarem informações acerca
de assunto previamente determinado.

§1º : -- A falta de comparecimento
sem justificação importa em crime de responsabilidade.
REGIMENTO INTERNO. Artigo 92:— Nos termos
do artigo 20, da Constituição do Estado, a Assembléia
e suas Comissões, podem convocar, por deliberação
da maioria de seus membros, qualquer Secretário
de Estado, para prestar informações sobre questões,
prévia e expressamente determinadas, atinentes
a assuntos da respectiva Secretaria.

Resolvido pela Assembléia: —

§1º : — Ou qualquer de suas Comissões,
a convocação de um Secretário de Estado serão
imediatamente designados dia e hora para a audiência
do mesmo.

§ único — O prazo de que trata o
artigo anterior, poderá ser prorrogado com preferência
sobre qualquer assunto.

Para as considerações iniciais...

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Artigo
86, § 2º, Sr. Presidente.

Em nome da Bancada do PDS, estamos
encaminhando a Vossa Excelência três requerimentos
assim redigidos: (Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, na forma
do Regimento deste Poder, REQUER ao Sr. Secretário
de Estado do Planejamento entregue ao Senhor Presidente
deste Poder todos os documentos utilizados durante
esta sessão, para conhecimento e análise dos Senhores
Deputados, legal e legitimamente investidos de
poderes constitucionais para investigar as irregularidades
verificadas nos empréstimos internacionais de
responsabilidade do Governo do Paraná, a partir
de 15 de março de 1983.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Francisco Escorsin, Ivan Gubert, Tuguo Setogutte, Augusto Carneiro, Antônio Belinati, Ezequias Losso, Nelson Buffara, Erondy Silvério, Jorge Maia Filho, Fuad Nacli, Odeni Mongruel, Werner Wanderer, Quielse Crisóstomo, Basílio Zanusso, Tércio Albuquerque, e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Por considerar direito e dever intransferíveis da Assembléia Legislativa a apuração de fatos relacionados com as operações financeiras realizadas em moedas estrangeiras e que são objeto desta sessão, é necessário e inadiável que o Sr. Secretário de Estado do Planejamento deixe sob a guarda do Senhor Presidente deste Poder os documentos que fundamentam as razões de sua exposição. Por lamentável desrespeito ao Poder Legislativo, o Governador José Richa ao nomear uma comissão para estudar esta matéria, ignorou a existência dos Senhores Deputados e o PMDB, por maioria de votos, rejeitou requerimento apresentado por este Parlamentar, no último dia 3 de maio, quando duas providências foram solicitadas: a remessa imediata a este Poder de toda documentação sobre empréstimos internacionais e a participação de um Deputado do PDS e outro do PMDB na chamada Comissão de Alto Nível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, na forma do Regimento Interno deste Poder, REQUER o encaminhamento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa do Brasil, instalada pela Câmara Federal, dos documentos utilizados nesta sessão, pelo Senhor Secretário de Estado do Planejamento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoio: Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Antônio Belinati, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Tuguo Setogutte, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Jorge Maia Filho, Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, Odeni Mongruel, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Djalma de Almeida César e uma assinatura inelígível.

JUSTIFICATIVA:

Por elogiável iniciativa dos Deputados Federais do País, foi instalada e está em funcionamento na Câmara dos Deputados a CPI da Dívida Externa, com a preocupação de investigar o crescente e perigoso endividamento do Brasil. Com certeza, os subsídios colhidos por esta Assembléia serão de singular valia para os trabalhos da referida Comissão Parlamentar. Ao mesmo tempo, esta atitude revela o construtivo espírito de colaboração entre as diferentes escalas do Parlamento brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, na forma do Regimento deste Poder, REQUER da Mesa o envio de pedido de informações ao Senhor Governador do Estado sobre:

a) É verdade que em novembro de 1983 a Loteria do Estado e o BRDE depositaram a importância de 290 milhões de cruzeiros no Banco Mercantil de Descontos? Em caso afirmativo, quais as razões?

Qual a origem do dinheiro?

b) Quais os outros bancos particulares usados para depósito de dinheiro público sob a guarda do Governo do Estado?

c) Sabidamente em dificuldades, por deficiência de caixa, o Banco do Estado do Paraná não tem agravada sua situação pelo desvio de dinheiro público estadual para engordar os bancos particulares?

d) Por que a utilização de bancos particulares controlados por grupos financeiros de outros Estados, sabendo-se que o Paraná, além do BANESTADO, tem um banco de expressão nacional, o BAMERINDUS?

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso, Ivan Gubert, Augusto Carneiro, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Erondy Silvério, Jorge Maia Filho, Fuad Nacli, Odeni Mongruel, Werner Wanderer, Quielse Crisóstomo, Tércio Albuquerque e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o Banco do Estado do Paraná está passando por uma série crise, pela ausência de fluxo de caixa e inclusive, no momento, negocia com o Banco Central um empréstimo que chegaria ao montante de 60 bilhões de cruzeiros. Consequentemente, não é honesto para o BANESTADO, seus acionistas e os paranaenses, que o Governo de Estado, ou entidades em que ele seja acionista majoritário, depositem dinheiro público em bancos particulares. As indagações aqui formuladas denunciam uma grande incongruência do Governo José Richa e também objetivam despertar as autoridades do Paraná para a necessidade de fortalecer a economia paranaense."

Em nome do PDS são estes os requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Respondendo

à Questão de Ordem de Vossa Excelência, a Mesa recebe os requerimentos, acolhe os requerimentos formulados por Vossa Excelência, no entanto, não serão objetos de discussão e nem de deliberação nessa sessão.

Continuando, para as considerações iniciais, o Sr. Secretário terá um prazo de quarenta e cinco minutos, prorrogáveis por mais quinze se assim o desejar.

A Mesa comunica aos Srs. Parlamentares que durante a explanação não serão permitidos apartes.

Os Senhores Deputados que desejarem formular perguntas deverão inscrever-se com antecedência no livro próprio que se encontra sobre a mesa.

Cada Deputado inscrito poderá fazer uso da palavra, uma vez, pelo prazo de três minutos improrrogáveis para formular uma ou mais perguntas.

Cada Líder, após encerrada a fase de perguntas poderá fazer uso da palavra por dez minutos para questionar o Senhor Secretário ou tecer considerações. Este prazo poderá ser prorrogado se assim o desejar cada Líder, por igual prazo.

As demais questões regimentais serão reguladas pelo Regimento Interno da Casa.

Quanto às questões de ordem que por ventura sejam levantadas no decorrer desta sessão, a Mesa comunica aos ilustres Colegas que somente as acatará

se algum dispositivo regimental estiver sendo descumprido para o que solicita a colaboração dos ilustres Colegas.

Artigo 97 do Regimento Interno, a Mesa para conhecimento das pessoas que nos visitam e ocupam as galerias desta Casa, adverte que conforme o artigo 119, do Regimento Interno e seus parágrafos não é permitida qualquer manifestação de aplausos ou de reprovação e a Mesa será enérgica neste sentido.

Caso haja uma manifestação que contrarie este dispositivo regimental, a Mesa advertirá pela primeira vez e na segunda determinará que se evacue as galerias.

Quero, antes de passar a palavra ao Senhor Secretário, agradecer aos Senhores Parlamentares e Lideranças Partidárias desta Casa, a colaboração que por certo não será negada a esta Mesa, a esta Presidência, para o bom desempenho desta sessão.

Concedo a palavra ao Senhor Secretário do Planejamento que pode optar em permanecer no lugar que se encontra ou ir à tribuna conforme o seu desejo.

Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. BELMIRO CASTOR— Sr. Presidente do Poder Legislativo, Sr. Deputado Trajano Bastos, Senhores Membros da Mesa da Assembléia, Senhores Deputados.

Nós vivemos, hoje, um momento que sem exagero algum, podemos caracterizar histórico, porque vivemos juntos uma experiência em que a Assembléia retoma seu papel histórico e constitucional de fiscalização dos atos públicos e da sua exação.

Este é, sem dúvida, um passo fundamental no avanço do controle democrático do Governo. E, acima de tudo uma prova de reação contra o anestesiamiento da consciência nacional que é estimulada pela impunidade, em casos rumorosos de escândalo que têm sido trazidos a público, e que têm permanecido no ouvido. Todos nós que lemos jornal nos escandalizamos com as "coroas braste!" da vida. Nos escandalizamos com as polonetas, com as CAPEMI, e todo este rol de fatos questionáveis, passa em branco e nos enche a todos de frustração.

É por isto, que eu quero, neste momento, render uma homenagem ao meu Estado, ao nosso Estado, ao seu Governo, a sua Assembléia, e particularmente ao meu Partido, por permitir que nós vivamos no Paraná, essa experiência inédita, de trazer fatos questionáveis ao debate público, ao debate parlamentar, submeter os homens públicos, ao teste de ver as suas decisões discutidas, debatidas, ratificadas, ou desmentidas pela opinião parlamentar e pública.

Eu queria inicialmente, fazer uma cronologia da evolução deste assunto, e em seguida me deter nos fatos propriamente ditos. Em início de fevereiro de 84, chegou ao meu conhecimento que o Secretário de Finanças, Erasmo Garanhão, havia autorizado em fins de janeiro, uma operação de crédito externo, no valor de 7 milhões e duzentos mil dólares, junto ao Banco Midland Bank, de Londres, através de uma corretora, Alemã Ltda. Participações e Empreendimentos.

Por esta operação, o Tesouro do Estado além das taxas usuais, que são padronizadas pelo

Banco Central, e que são aquelas que são pagas no exterior, pagaria Comissões locais no valor total de 6,85%, do total da operação, ou seja 493 mil dólares, ou alguma coisa com 740 milhões de cruzeiros, a preço de hoje.

A operação me pareceu totalmente despropositada, por várias razões que eu vou relatar, ao longo da minha exposição.

Mas, talvez, a mais flagrante delas, o fato de que o Estado, que em 1984, está autorizado a rolar, ou seja, renovar 55 milhões de dólares da sua dívida, tivesse desses 55 milhões de dólares da sua dívida, 28 milhões de dólares, pouco mais do que isto, junto ao Banco do Brasil, e como o Banco do Brasil não cobra comissões locais, ou seja, como se nós fizéssemos essa operação, ou tentássemos pelo menos fazê-la junto ao Banco do Brasil, inicialmente não pagaríamos os 6,85% de comissão local, parecia-me que era uma providência elementaríssima, que antes de formalizar qualquer negociação com entidades bancárias privadas, que tivesse sido o Banco do Brasil contactado para que nós tivéssemos tentando rolar a nossa dívida junto àquele Estabelecimento, ou parte dela, e com isto poupar ao Estado, deste gasto extremamente significativo de quase 740 milhões de cruzeiros, a preço de hoje, 493 mil dólares.

Além disto, a presença de um corretor, na operação, também causava estranheza, e o fato de que esta operação foi autorizada em plena crise de liquidez brasileira no Exterior também era insólido, porque não é necessário ser um "expert" do mercado financeiro para saber que nos meses em que o Brasil esteve vivendo um impasse junto ao FMI e junto aos comitês bancários no exterior, as taxas de juros se elevaram de uma forma assustadora e o mercado financeiro se retraiu de uma forma extremamente significativa.

A esses fatos se somavam vários comentários genéricos e difusos a respeito de possíveis irregularidades em decisões financeiras. E por força desses comentários, e por forças dessas inquietações que a operação que estava sendo realizada me causavam, é que eu mandei fazer uma verificação de toda documentação relativa aos empréstimos ocorridos em 1983.

Constatei então, que em uma dessas operações, operação de nove milhões e oitocentos mil dólares contratada junto ao Midland Bank de Londres em 1983, e que havia sido intermediada pela Lermann Alemã, Participações e Empreendimentos, que agora estava intermediando essa nova operação que eu mencionei, tinha ocorrido a majoração da comissão de agenciamento, ou seja, de corretagem, e que com isso a operação de crédito tinha custado noventa e oito mil dólares a mais do que devia, e isso me pareceu altamente irregular. Configurava-se assim uma situação em que, pelo menos no meu ponto de vista, tanto o Governador, que é quem assina as operações em nome do Estado, o Procurador Geral do Estado, que as analisa sob o aspecto, e o Secretário de Planejamento que as analisa sob o aspecto de mérito da aplicação de recursos obtidos, poderiam ter, involuntariamente, detectado uma situação irregular. E os fatos exigiram uma pesquisa aprofundada.

Posteriormente vim mesmo a constatar que essas operações, curiosamente, de nove milhões e oitocentos mil dólares não havia sido submetida ao Parecer prévio da Secretaria de Planejamento,

e da Procuradoria Geral do Estado, como manda o Decreto 5882 de 1974 que define o encaminhamento que deve ter as operações de crédito no Estado, antes da sua assinatura pelo Governador.

Decidi levar o fato ao conhecimento do chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Scalco, que é um homem sereno, homem equilibrado, um homem maduro e que poderia me ajudar a refletir sobre a gravidade real da situação. E discuti o assunto com o Procurador Geral do Estado Dr. Mauro Maranhão, que estava como mencionei, juntamente com a Secretaria de Planejamento, co-obrigado no encaminhamento nas operações de crédito sob seus aspectos jurídicos e programáticos.

O chefe da Casa Civil já estava preocupado com alguns outros aspectos da área financeira, ligados principalmente pelo fato de que tinha havido operações de crédito que envolvia o Secretário das Finanças, quer como avalista, quer como proponente, quer como tomador e juros extremamente subsidiados, num estabelecimento bancário que coincidentemente era dirigido localmente por uma pessoa que veio a ser identificada como irmão de um dos membros da corretora, a qual havia intermediado a primeira operação. E esses fatos nos levaram a uma preocupação crescente.

O Deputado Scalco levou o assunto ao Governador, e a partir daí então, o encaminhamento do mesmo é de domínio público. Houve uma primeira reunião com o Secretário de Finanças, após um exame detalhado dessa situação e das circunstâncias; houve, em seguida, um relatório explicativo por parte daquele Secretário, preparado por sua assessoria; houve uma segunda reunião com o Secretário Maranhão e seus assessores, quando então esse relatório explicativo foi debatido.

Como vou mencionar ao longo da minha exposição, as explicações estavam longe de me convencer, e permito-me, na ausência também dizer, estavam longe de convencer ao Deputado Scalco, que também estava presente na reunião; segue-se a formação da Comissão de Alto Nível, que é de conhecimento público, e por último então, a decisão da Assembléia de convocar o assunto para ser debatido nesta Casa.

Essa a cronologia dos fatos e das circunstâncias no encaminhamento desse assunto, entre os preços que alguém paga por tentar preservar os padrões éticos, está o da incompreensão, o da acusação de deslealdade, o das tensões, e eu devo dizer aos senhores que cada um de nós está pagando este preço e está disposto a pagar esse preço para que possamos realmente restaurar aqueles pressupostos que todos nós coletivamente confiamos.

Vamos aos fatos.

Eu não quero cansar os Srs. com a exposição de tecnicidade do mercado financeiro. Eu quero apenas fazer um breve relato de alguns aspectos do mercado financeiro, para que possamos, então, o que nós vamos tratar no contexto desse mercado.

O mercado financeiro em 1983, como todos nós lembramos, foi um mercado extremamente confuso, por força de todo um problema cambial brasileiro, por força da renegociação da dívida, dos impasses a que o Brasil chegou no encaminhamento da sua renegociação, em vários momentos, inclusive, o País esteve inadimplente no exterior.

Basicamente uma operação financeira externa

se compõe de três tipos de remuneração ou de juros: em primeiro lugar, o juro básico, que é chamado "prime"; adota-se uma taxa padrão ou a taxa americana que é o "prime-rate"; ou a taxa inglesa que é o "libor"; e essa é uma espécie de taxa preferencial, a taxa básica sobre a qual então — que é conceitualmente a taxa que se ofereceria ao melhor cliente do banco. A essa taxa se agrega, então, o chamado "spread" que é a taxa de risco. Varia de cliente para cliente e, obviamente, um país como o Brasil em que os riscos atualmente são bastante altos, de crédito, o "pread" é o bastante alto. E, a terceira taxa básica que aparece nas operações externas é a chamada "flat-fee", que corresponderia, em linguagem nacional ao que é a comissão de abertura que os bancos cobram, ou seja, uma taxa inicial, que, no ano passado, era 1,5 por cento, esse ano é 1 por cento, sobre o valor da operação que é pago de uma vez só ao início dela.

Como o mercado financeiro extremamente confuso e nervoso como estava, os bancos encontraram um terreno fértil para procurar mais um tipo de remuneração para o seu dinheiro. Porque, na prática, eles diziam o seguinte: "Bom, se é para receber isso, eu deixo o meu dinheiro no Banco Central. Vou receber exatamente o "prime", vou receber o "spread" vou receber o "flat-fee". Então, não preciso emprestar para o Estado do Paraná, para o Ceará, nem para a ELETROBRÁS ou a SIDERBRÁS. Deixo lá, não tenho trabalho de contratos, advogados, nada disso.

Então, eles inventaram — e claro que ao dizer "eles inventaram" eu estou simplificando a questão — mas começou a ser praxe no mercado financeiro a cobrança das chamadas comissões locais, que eram cobradas pelos bancos através de empresas que eram associadas a eles, e que se destinavam a fazer a assessoria ou consultoria financeira, que era um eufemismo para poder justificar a sua intermediação nas negociações.

Então nós temos para cada grande banco uma empresa, um escritório associado a ele. O Morgan Bank tem o Morgan Service, o Chemical Bank tem o Chemical Service, o Midland Bank tem a Midland Montage Ltd. Cada um dos bancos têm uma empresa que pertence aos bancos e que faz a sua intermediação e que cobra essa comissão local.

Agora, a par disso, pulularam no mercado, agentes corretores, escritórios autônomos de corretagem de dinheiro, de intermediação financeira que não eram pertencentes aos bancos, que não pertenciam aos bancos e que não estavam vinculados a eles. Eram os despachantes do dinheiro, eram corretores, eram pessoas que faziam — eram segundos intermediários nas operações. E nós temos centenas de casos de empresas desse tipo, mas que, no caso do Paraná, por exemplo, nós podemos lembrar claramente da participação de firmas como a Lemann por exemplo, que é um corretor de dinheiro, da MG — Assessores Financeiros, de uma firma chamada "Bank D'Affair", por exemplo, que são corretores, não pertencem ao banco como a Midland Montage pertence, não pertence ao banco como o Morgan Service pertence.

Eles são autônomos e por isso eles cobram uma segunda remuneração. Essa é uma distinção importantíssima. Existem intermediários que pertencem aos bancos, ou seja, firmas que são a eles associadas e existem empresas que vivem de corretar recursos junto a bancos estrangeiros.

No nosso caso, nas operações que a Secretaria de Finanças realizou ao longo dos últimos meses em 83, e estava realizando ao começo de 84 havia a presença freqüente das duas figuras. De um lado, dos intermediários dos bancos, o que era natural porque o mercado assim exigia e do outro lado também a presença de corretores.

E para que não se pense que o que se gastava com corretores era pouco, basta ver que só com a corretagem, ou seja com essa segunda intermediação as operações de crédito realizadas pela Secretaria de Finanças custaram ao Estado 744 mil dólares, ou seja, mais de um bilhão e cem, a custo de hoje.

Essa situação contrastava bastante com o caso como o da COPEL, por exemplo e do nosso BADEP. A COPEL realizou o ano passado 21 milhões e setecentos mil dólares em operações de crédito. E gastou nada com corretores. E junto aos intermediários dos bancos, gastou meio por cento numa operação e um por cento na outra, enquanto que nós estávamos chegando a pagar em algumas operações até nove e meio por cento.

Questionado depois o Secretário sobre isso, ele nos deu a seguinte informação: de que isso se devia ao fato de que a COPEL estaria envolvida num suposto "pacote" da ELETROBRÁS, ou seja um "pacote" que era igual para o Brasil inteiro, e que por isso ela estava gozando de taxas preferenciais.

A explicação era curiosa, porque se nós somos donos da COPEL e os Estados também, têm o seu "pacote" estadual que é a fixação por parte do Ministro do Planejamento, dos limites máximos de renovação da dívida, não era uma explicação muito convincente. Mas, apesar disso eu mandei fazer uma pesquisa a respeito da existência desse suposto "pacote" da ELETROBRÁS e na realidade esse "pacote" não existe, ou seja, as companhias de eletricidade foram limitadas no máximo que poderiam rolar de suas dívidas e foram deixadas cada uma, por conta própria a negociar as suas dívidas.

Conseqüentemente, aqueles que puderam e tiveram a capacidade de negociar melhor as suas dívidas pagavam menos. O Paraná pagou meio por cento; há Estados que eu não quero mencionar que pagaram três; há Estados que pagaram dois; há Estados que pagaram um.

Então essa explicação simplista também não era convincente. E é bastante claro que essas explicações que têm sido dadas a respeito do assunto principalmente pelo Secretário Garanhão, pois tem de certa forma tumultuado e confundido muito a mente das pessoas.

Eu tenho ouvido e tenho lido, por exemplo, explicações do tipo: o mercado é volátil; as taxas variam de caso para caso; as taxas variam de dia para dia; outros Estados pagaram isso ou aquilo; poderíamos ter pago mais; poderíamos ter pago tanto quanto um outro Estado pagou, etc. Mas eu vou demonstrar que todos esses argumentos são, ou improcedentes ou são irrelevantes.

O problema central não é esse. O problema central não é mercado volátil, nem mercado atípico, nem variação de área de taxa.

Um dos problemas centrais é que em uma das operações de crédito o Secretário Erasmo Garanhão

autorizou que a Comissão de Agenciamento a ser paga ao Escritório Lemanns Ltda. Participações e Empréstimos, que era um mero agente corretor de agenciamento a ser pago ao escritório Lemanns Ltda. Participações e Empreendimentos, que era um mero agente corretor, fosse majorada de dois por cento para três por cento e com isso encareceu o custo local do empréstimo de sete por cento para oito por cento. Isso levou o Estado a gastar, desnecessariamente, 98 mil dólares, ou cerca de 150 milhões de cruzeiros a preço de hoje. Em benefício, única e exclusivamente, do corretor da operação.

Em português claro, o Secretário Garanhão, para atender uma exigência — entre aspas — do corretor, como se o corretor de uma operação financeira pudesse fazer exigências, mandou comprar por 8 aquilo que havia sido ofertado pelo Banco por 7, quarenta e oito horas antes. E com isso, o tesouro do Estado gastou 98 mil dólares a mais. É esse o primeiro fato e que vou provar documentalmente.

Não se trata, portanto, de taxas altas ou baixas, de mercados típicos ou atípicos, de ter consultado 20, 30 ou 100 bancos, trata-se, simplesmente, de ter pago mais por aquilo que foi ofertado por menos. Trata-se, simplesmente, de um caso de pluralidade, de liberalidade com o dinheiro público que é o que basta para demonstrar a ausência da moralidade administrativa, mesmo que não haja falta legal.

Eu vou fazer um breve relato documentado dessa operação da Lemanns. A Lemanns Ltda. que é essa empresa de corretagem que eu mencionei e que era representada em várias ocasiões no Estado pelo Sr. Luiz Eduardo Menezes e Gastão Fraguas aos quais eu não conheço pessoalmente, diga-se de passagem, chegou ao Estado para ajudar na captação dos recursos externos que nós precisávamos. Realmente o Estado tinha na sua estratégia financeira, a rolagem da sua dívida, como todos os Estados brasileiros tinham também a necessidade de ter seus débitos postergados por causa da situação de penúria financeira estadual. Ainda mais nas condições orçamentárias que os Srs. conhecem e que já foi relatado várias vezes pelo Governador José Richa.

A primeira tentativa de uma operação da Lemanns, intermediária pela Lemanns, foi oferta ao Estado de uma linha de crédito de até 5 milhões de dólares ofertado pelo Wells Fargo Bank, com prazo de 8 anos, taxa "prime-rate" mais dois por cento, "flat fee" de um e meio por cento pagado na deliberação, e essa operação seria realizada através de repasse ao Banco do Estado do Paraná segundo telex que tenho em mãos. E que depois caso venha ser aprovada esta solicitação de que Sua Excelência, o Presidente da Casa, receba um dossiê completo da operação, passará às mãos dos Srs. Deputados.

Esse telex de oferta do dinheiro, foi completado depois por um segundo telex do dia 5 de setembro, em que complementando nosso telex de 31 de agosto, solicitamos, dizia a Lemanns ao Estado do Paraná — Secretaria de Finanças, sua manifestação de concordância sobre as condições do repasse. Esclarecendo que as comissões de praxe a ser paga em cruzeiros pelo Banco do Estado do Paraná, que

é quem iria tomar o dinheiro, num montante de sete por cento sobre o valor da operação, deverá ser efetuada no ato da liberação do empréstimo. Diretamente a nós ou à empresa a nós indicada. Assinado — Lemanns Ltda. Participação Empreendimentos.

Isso aqui é apenas para mencionar a primeira tentativa de empréstimo ao Estado, intermediado pela Lemanns junto ao Wells Fargo Bank e que como os Srs. vêem comandava uma comissão local de sete por cento.

Essa tentativa fracassou, porque havia problemas legais, o Wells Fargo Bank não tinha o recurso destinado ao setor público. Então a operação não foi para frente. A Lemanns, então, oferece uma segunda operação no Estado: através de um telex no dia 6 de setembro, ela manda um telex ao Estado oferecendo dez milhões de dólares que, depois, vieram a se concretizar em nove milhões e oitocentos mil dólares do Midland Bank; as condições básicas eram as mesmas, porque como eu mencionei elas são do pacote — oito anos de prazo, taxa “libor” mais “spread” aprovado pelo Banco Central, “flat fee” de um e meio por cento, tomador: Estado do Paraná com aval da União, agora já não mais o Banco do Estado do Paraná, imposto de renda por conta do tomador o que é normal, e concluir dizendo: “pedimos que seja dirigido telex para o referido banco, telex n.º 01132346, atenção do Nicolas Windi que é o representante do Midland Bank em São Paulo, solicitando os mencionados recursos bem como explicando a destinação dos mesmos. Assinado Lemanns Ltda., Participação e Empreendimentos.”

Essa operação, então, foi ofertada ao Estado do Paraná e começou a ser gestionada. É importante notar que um dos fatos que têm sido mencionados pelo Secretário de Finanças é que o Estado estava negociando com o corretor e não com o Banco. Isso — se fosse verdade — seria um absurdo, porque o Estado do Paraná precisa negociar com o corretor de dinheiro depois de vinte anos de tradição financeira, seria alguma coisa realmente estranhável. Mas apesar disso, não é verdade.

No dia vinte e dois de setembro, por exemplo, a Lemanns manda à Secretaria de Finanças um telex que diz: “conforme entendimentos telefônicos, vimos confirmar reunião próxima quinta-feira, dia 29 do 9, às onze horas com o Senhor Nicolas Windi, representante do Midland Bank em São Paulo, no seguinte endereço: Avenida Faria Lima, 2.000, 4.º andar, telefone tal, grato pela atenção. Lemanns Ltda. Participação e Empreendimentos”. O que demonstra claramente que o Estado não estava negociando com o corretor, o Estado estava negociando com o Banco, através do corretor, o que é significativamente diferente.

Mas aí, nós chegamos ao ponto crítico. Feitas as negociações, vem para o Estado no dia 10 de outubro de 83 uma carta do Midland Bank através da sua subsidiária Midland Montage, que é aquela que eu mencionei a vocês, perdoe, a Vossas Excelências que afirma da intermediação que pertence ao Banco Midland e, nesta carta, a empresa Midland Montage diz o seguinte: endereçada à Secretaria de Finanças e por aí a fora, referência: “proposto empréstimo no valor de nove milhões e oitocentos mil dólares, anexamos a presente

para apreciação de Vossas Senhorias — que é a Secretaria de Finanças, é o Estado — texto de carta que deverá ser dirigida à Midland Montage Administração e Participação Ltda., referente ao empréstimo acima mencionado (nove milhões e oitocentos mil dólares). No aguardo de manifestação de Vossas Senhorias com relação ao assunto ora em pauta, o mais breve possível, subscrevemos atenciosamente Robert Kruse, diretor da Midland Montage Ltda”. (que é a empresa pertencente ao Midland Bank grupo e que é a empresa que, obrigatoriamente intermedia às operações do Midland Bank, não é um corretor de dinheiro, é uma empresa associada ao Midland Bank). E qual era o anexo que ela mencionava: era uma minuta de carta a ser encaminhada pelo Estado do Paraná à Midland Montage que diz o seguinte: Prezados Senhores, vimos pela presente confirmar que o pagamento relativo aos serviços prestados por esta sociedade Midland Montage, Administração e Participação Ltda., com relação ao empréstimo de nove milhões e oitocentos mil dólares, obtido do Midland Bank, de Londres, é correspondente a sete por cento do montante do empréstimo, cinco por cento dos quais serão pagos diretamente a esta sociedade à data do desembolso do referido empréstimo e o saldo de 2 por cento será pago a empresa alemã Ltda. Participação e Empreendimentos como agente nas condições que vierem abordadas entre o Estado signatário e aquela sociedade. Atenciosamente . . .” e a carta seria supostamente encaminhada pela nossa Secretaria de Finanças, concordando com as condições finais do negócio.

O que é essencial entender, vem em seguida.

Essa carta do dia 10 de outubro, no dia 11 de outubro chega um telex para a Secretaria de Finanças, dessa vez não mais do Banco, desta vez não mais da Midland Montage, dessa vez do corretor da operação Lemanns Ltda. — Participação e Empreendimento, que diz o seguinte:

“Conforme nossos entendimentos, confirmamos abaixo as condições definitivas para fechamento do empréstimo em moeda estrangeira para Vossas Senhorias, valor US\$ 9.8, credor Midland Bank, tomador, Estado do Paraná, com aval do Tesouro Nacional, taxa “libor”, mais “spread” aprovado pelo Banco Central, frete de um e meio por cento pagável no ato da liberação, imposto de renda por conta do tomador, comissão local: oito por cento, repito comissão local, oito por cento, repito a carta do Midland Bank da véspera, a comissão é correspondente a sete por cento do montante do empréstimo. Atenciosamente. Lemanns Ltda.”

E essa é uma distinção fundamentalíssima, quem ofereceu o dinheiro a sete por cento foi o banco e quem retificou a proposta do banco, quem modificou a proposta do banco, foi a corretora, não foi o próprio banco, poderia se argumentar que o banco tinha mudado de idéia, podia se argumentar que o banco achou que sete por cento era pouco, não, quem achou isso foi a corretora, e a prova cabal disso está, em que no dia 20 de outubro ou seja um dia depois, o Midland Bank Group, pela pessoa do Sr. Donald Besson, manda uma nova carta ao Estado, ratificando os termos da sua carta anterior e diz o seguinte:

"Com referência à comissão a ser paga em cruzeiros na data da liberação por parte deste banco ao Banco Central dos recursos destinados ao contrato de empréstimo a ser firmado entre esse banco e o Estado do Paraná, ao amparo da Lei 4131, no valor de nove milhões e oitocentos mil dólares, comunicamos que o equivalente a cinco por cento, mais imposto sob serviço, sob total deverá ser pago diretamente ao Midland Montage Ltda. e as demais despesas de agenciamento deverão ser pagas exclusivamente a Lemanss Ltda. Participações e Empreendimentos na qualidade de agente dessa operação. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos "Donald Besson ou seja, o banco diz o meu continua sendo 5, a minha comissão local é 5, a diferença deve ser acertada com a empresa de corretagem, o que foi o que realmente aconteceu. A empresa de corretagem em vez de dois por cento recebeu três por cento por esta operação e no dia 13 de outubro, dois dias depois de ter chegado o telex da corretora modificando a taxa, o Secretário Erasmo Garanhão enviou a corretora o seguinte telex.

Com referência à linha de crédito apresentada por Vossas Senhorias para contratação de uma operação de crédito ao amparo da Lei 4131 no valor de nove milhões e oitocentos mil dólares, manifestamos nossa concordância com as condições apresentadas a seguir:

"credor Midland Bank, valor: nove milhões e oitocentos mil dólares americanos, prazo oito anos, carência: 30 meses, "spread" 2 1/8 acima do "libor", "flat-fee": 1,5 por cento, uma única vez, comissão em cruzeiros oito por cento sobre o valor do empréstimo, pagáveis em uma única vez até 48 horas após o desembolso pelo banqueiro, garantia aval do Tesouro Nacional, imposto de renda por conta do devedor, para as necessárias providências e validade da presente, solicitamos uma intercessão do banco credor no prazo de até 15 dias.

Cordiais saudações. Assinado Erasmo Garanhão. Secretário das Finanças do Estado do Paraná.

Então eu quero consubstanciar este fato, havia uma negociação com o Midland Bank, essa negociação previa uma comissão local de sete por cento, o Midland Bank por sua associada Midland Montage manda uma carta ao Estado, acompanhada de uma minuta, que não é um formulário, não é alguma coisa padrão, não tem espaços a serem preenchidos, é uma minuta de uma carta a ser mandada pelo banco, pelo Estado do Paraná ao banco, confirmando definitivamente os termos da operação e por exigência do Agente Corretor, essa operação passa a custar oito por cento. É o corretor e não o banco que faz a alteração, e é o corretor e não é ninguém mais, que recebe a diferença de 98 mil dólares.

Bom, o que que teria acontecido? Para não fazer especulações e interpretações, vamos tentar ver o que diz a Secretaria de Finanças, no seu relatório explicativo. E nesse relatório que é subscrito por assessores da Secretaria de Finanças, que foi apresentada pelo Secretário, nas reuniões que eu mencionei, na página 4, diz o seguinte: "Quanto à contratação de uma linha de crédito: externo, ao amparo da Lei 4131, com o Midland Bank P.L.C., no valor de 9 milhões e 800, em que ocorreu a elevação de uma comissão local em 1 por cento, na fase de negociação, esclarecemos que deu-se por uma exigência do agente corretor, Lemanss Ltda.

Participações e Empreendimentos; e submetida à consideração do Sr. Secretário de Finanças, este autorizou a alteração proposta, baseado no fato de que não ultrapassava os níveis já praticados." O Secretário autorizou a alteração proposta, baseado no fato de que não ultrapassava a níveis já praticados.

O que é isso? Isso é um eufemismo para dizer: a Secretaria de Finanças tinha pago em outras operações, 8%. E portanto, deveria pagar, 8% também nesta operação.

Ora, isso contraria o bom senso e contraria o mínimo de ética administrativa; o administrador público não pode se dar ao luxo de comprar por mais, aquilo que o Banco lhe ofereceu por menos. Havia uma proposta concreta, de uma entidade respeitável, que era o Midland Bank; havia uma negociação feita na base de 7%; não tinha o Sr. Secretário de Finanças, o direito de alterar a comissão para mais, baseado no fato de que em ocasião anterior, a Secretaria tivesse pago mais. Isso é um absurdo. Isso corresponderia a qualquer dos senhores ir a um Banco, perguntar qual é o preço do papagaio que vai ter que descontar, e quando o Gerente disse-se que é 7, dizer - não. Eu quero pagar 8, porque eu paguei a 8 para o seu vizinho. Se os senhores fizessem isso, com o seu dinheiro, se o Secretário Garanhão, tivesse feito isso, com o seu dinheiro pessoal, teria cometido uma renomada estupidez. Mas fez com o dinheiro público; e daí não é só uma estultice. Daí ele praticou uma liberalidade, uma prodigalidade. Ele gastou numa operação de crédito, mais 98 mil dólares, do que precisava ter gasto. E eu espero ter mostrado os documentos comprobatórios.

A explicação do corretor é pior ainda. A explicação do corretor é extremamente contraditória e infantil. Questionado o corretor por que é que houve essa alteração de taxa, diz ele na sua carta: "Em 10/10/83, atendendo solicitação dessa Secretaria, o Midland Bank P.L.C., encaminhou o modelo de carta, dando a forma do texto para essa Secretaria manifestar aceitação da comissão local, e respectivos beneficiários. Em virtude da consulta anterior, referente à obtenção de uma linha de crédito, por empréstimo, para o Banco do Estado do Paraná", aquela que eu mencionei no começo, e por falta de uma definição, do montante da comissão local, a ser cobrada na operação e negociação, por falta de uma definição, constou pró-forma, no modelo, enviado, uma comissão total de 7%. Constou pró-forma, o modelo.

Um Banco internacional, de credibilidade mundial, manda uma carta encaminhada, acompanhada de um anexo para o Estado fazer uma carta a ele, confirmando a negociação, e faz constar, pró-forma, 7%. Por que não 10? Por que não 12? Por que não 1? Por que não 150? Por que não fazer o que qualquer pessoa de bom senso faria, que era botar, se não soubesse a taxa, entre parêntesis, a discutir? Por que não? Essa é uma desculpa infantil, que a minha filha de 11 anos não acreditaria nela.

Pelo exposto - continua a corretora: "Acreditamos ter sido elucidado que a Carta do Midland Bank Grupo, sob a referência 239/83, de 10/10/83, apenas encaminhou um modelo de texto, que por falta de determinação da taxa de comissão local na época, pois a operação encontrava-se em exame na Diretoria do Banco, em Londres, constou

o percentual de uma consulta de uma linha para o Banco do Estado do Paraná.

Essa desculpa, me perdoem, eu vou deixar de comentar, porque seria uma agressão à inteligência de qualquer pessoa.

Hoje eu vejo na imprensa, que há uma nova explicação para o fato. O Secretário teria declarado ao "Correio de Notícias", que a operação foi feita assim, porque havia urgência do dinheiro, e porque o Banco do Brasil havia pago já uma dívida do Estado, no exterior e queria ressarcimento imediato por conta do aviso 30.

Os senhores não são obrigados a serem familiarizados com o "aviso 30".

Este aviso diz o seguinte em última análise:

"Aviso 30" é um mecanismo que o Governo Federal criou no ano passado em que os Estados ou os devedores em geral dispunham dos dólares, obviamente. Então, eles podiam pagar da seguinte forma. Eles faziam um empréstimo junto ao Banco do Brasil, empréstimo este vencido em 30/06/84. O Estado então, emitia uma promissória em dólares, aliás é insólito, porque, no Brasil, supostamente pela Constituição, não se pode emitir títulos em dólares, mas, que vá, no mercado financeiro está valendo tudo, então, faz-se uma promissória em dólares para 1984.

E apenas, o que o Banco do Brasil dizia é o seguinte: "se neste interim, entre o momento em que foi feita a promissória e seu vencimento, forem creditados à conta do Estado, recursos, que ele se compensará. O que é natural.

Então, por exemplo, o Estado deixa o dinheiro lá, se ele não tem dinheiro, o Banco paga por ele, mas no momento em que o Estado tenha o seu crédito, ele recebe algum recurso, então, o Banco se compensa disso.

Teria sido esta a explicação do senhor Secretário.

Essa é insubsistente em dois aspectos.

Em primeiro lugar, porque como o próprio aviso 30 diz e, ele está aqui em minhas mãos, as dívidas ou seja, a promissória a ser paga ao Banco do Brasil seria a 30/06/84 e não naquela data.

E segundo, porque a decisão que eu estou expondo foi tomada em outubro de 83.

Ora, a operação só foi concretizada em fim de dezembro de 83 e o ingresso desse dinheiro só se deu em janeiro de 84. Então, não eram problemas urgentes em caixa que quis fazer isso.

Além do que, obviamente, se existir uma proposta do Banco de fazer operação de 7% a essa operação foi depois confirmada pelo Banco que para ele continuava custando a mesma coisa, o fato dele autorizar o aumento de comissão de corretagem não ia acelerar em nada a entrada do dinheiro. Isso é outra desculpa extremamente infantil.

Em síntese, o Secretário Erasmo Garanhão, autorizou pagar 98 mil dólares a mais de comissão de agenciamento à empresa Lemann Ltda. injustificada e desnecessariamente.

E este foi o primeiro fato que eu questionei junto ao Secretário da Casa Civil e ao Governador.

Em 24/01/84 aparece a Lemann de novo e diz o relatório da CEF, este mesmo relatório que eu mencionei, eufemisticamente, ele diz o seguinte:

"Para o exercício de 84 foi solicitado à SEPLAN

o reconhecimento de prioridade na ordem de 55 milhões, entenda-se para rolar a dívida. Por conta desse limite foi apreciada em 24/01/84, proposta da Agente Corretor Lemann Ltda, do Midland Bank P.L.C. no valor de 7 milhões e 200 mil dólares com a comissão local de 6,85%, época em que o mercado estava ainda indefinido sobre a tendência dos níveis de comissão local.

Então, vejam os senhores o que aconteceu na prática.

O Estado contrariando...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa interrompe o Senhor Secretário para comunicá-lo que os primeiros 45 minutos Vossa Excelência já gastou. Mais 15 minutos para que Vossa Excelência conclua.

O SR. BELMIRO CASTOR — O Estado contrariando a sua tradição de administração financeira, deveria o Estado fazer uma consulta aos diversos bancos para poderem definir qual deles oferecia melhores condições.

Não o fizemos, apenas apreciamos uma proposta do agente corretor.

Recebemos uma proposta no dia 24 de janeiro de 84, de um agente corretor, oferecendo uma operação que custaria em comissões 83 mil dólares, e o aqodamento para aceitar esta proposta foi tão grande que numa cópia do telex o Diretor Geral da Secretaria de Finanças enviou a Coordenação de Administração Financeira, possivelmente para estudar o negócio, na outra cópia, de imediato, o Secretário Garanhão após o "de acordo".

Na data em que essa operação foi ofertada pelo corretor, sem que houvesse qualquer outra consulta, consulta formal, entenda-se é claro, porque agora é fácil dizer: "não consultamos verbalmente", mas isso nunca foi praxe, sem que houvesse qualquer outro tipo de consulta, foi autorizada a operação de crédito, na mesma data em que ela foi ofertada.

Razões elementares há para não se fazer isso. Primeiro eu já mencionei uma delas, o Estado deve 20 milhões de dólares, em 84 ao Banco do Brasil e a simples arrolagem dessa dívida teria feita com que o Estado não precisasse pagar comissões locais, e nesse caso teria poupado 740 milhões de cruzeiros. Segunda razão, alegada pela própria Secretaria de Finanças, o mercado financeiro estava extremamente instável e retraído em relação ao mercado tomador por causa do impasse, e as taxas estavam anormalmente altas. Em terceiro, não havia necessidade do dinheiro que justificasse uma operação de urgência a qualquer preço, no entanto o Banco do Brasil só foi consultado a respeito da possibilidade de rolar a nossa dívida quase 30 dias depois. A nossa carta ao Banco do Brasil data do dia 21 de fevereiro, só quando esta operação já estava autorizada; já tinha os seus trâmites acertados e a Comissão local autorizada, é que o Estado se dirigiu ao Banco do Brasil solicitando a possibilidade de rolar, não a sua parte da dívida mas o total dos 50 milhões de dólares da dívida, obviamente se tivesse sido tempestivamente feito isso, nós teríamos tido a possibilidade de nos poupar desse gasto da comissão local de 6,85%.

Essa operação foi questionada pelo Deputado Scalco e por mim por duas ocasiões, na primeira quinzena de abril, e apesar de, na primeira ocasião,

cujas datas eu não me recordo de imediato, mas poderei ver o registro da Casa Civil para confirmar, o Governador, inclusive determinou ao Secretário Garanhão que fizesse um questionamento das taxas, o que ele só veio fazer depois que a sua Assessoria Financeira, no dia 9 de abril, às vésperas da 2ª reunião que nós fizemos, fez para ele uma informação interna, dizendo:

“Com referência à contratação da operação de crédito por empréstimo, com o Midland Bank, DLC, no valor de 7200, levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria que a comissão de agenciamento cotada em 13/02/84, ou seja antes da consulta ao Banco do Brasil e aceita em 16/02/84, no equivalente a 6,85 do valor da operação, encontra-se acima dos padrões atuais de mercado, e em razão de declínio dessas taxas, que no momento encontra-se no patamar de 3% aproximadamente”, ou seja, se não tivesse havido o alerta do Deputado Scalco e meu, se não tivesse havido todo o questionamento da validade da operação, o Estado teria jogado pela janela 3,85 de percentagem que é a quantia correspondente a 270 mil dólares, que é mais de 400 milhões de cruzeiros.

Por isso tudo, Srs. Deputados, eu afirmo categoricamente que a decisão do Secretário Garanhão em conceder à Lemann Ltda., um aumento de comissão de agenciamento, significou um gasto desnecessário e injustificável de 98 mil dólares para o Tesouro do Estado, na operação de crédito de 9 milhões e 800 mil dólares do Midland Bank. Que o Secretário Garanhão ao arrepio do bom senso, e do respeito ao dinheiro público, praticou uma prodigalidade, uma liberalidade em favor do agente corretor, ao não se ater à proposta do Midland Bank, que é uma instituição idônea, e que confirmou depois nos termos da sua proposta, e ao aceitar uma exigência do agente corretor.

O Secretário Garanhão autorizou a contratação da operação de 7 milhões e 200 mil dólares mais uma vez, através da indefectível Lemann Ltda. sem tomar cautelas mínimas, que se poderiam esperar de um Secretário de Finanças preocupado em fazer os melhores negócios para o Estado, que era a falta de consulta aos Bancos, a falta de cotejamento de condições, e a inoportunidade, manifesta em flagrante, e principalmente que o Secretário Garanhão cometeu uma omissão imperdoável, ao não consultar tempestivamente ao Banco do Brasil, ao qual o Estado só se dirigiu, um mês após ter ele autorizado a operação, e com isto aceitou pagar quase 500 mil dólares de comissões locais, o que só foi impedido pelo aresta do Secretário Scalco e meu, e pelo de sua assessoria quando o contrato já estava em fase final de formalização, porque a negociação já estava acabada.

São esses os fatos, e eles não têm nada de interpretativo, e nem têm de subjetivo.

E agora, Sr. Presidente, eu estou pronto a responder às perguntas dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem de inscrição está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério, para formular as suas perguntas, pelo tempo de três minutos, improrrogáveis.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, antes de mais nada, eu levantaria uma questão de ordem. Não é propriamente ao Secretário do Planejamento,

que eu interpelaria nesta oportunidade de, mas sim ao Líder do Governo, nesta Casa. E vou historiar rapidamente, talvez não o tempo de 3 minutos, mas vou historiar rapidamente o porquê desta solicitação que eu faço ao Líder do Governo, nesta Casa.

Em novembro, como toda a Casa sabe, nós encaminhamos ao Governo do Estado um pedido de informações, onde nós abordávamos todos estes empréstimos em moeda estrangeira e na oportunidade nós queríamos do Governo do Estado, que nos mandasse as cópias dos contratos, bem como, a finalidade do dinheiro a ser emprestado.

Efetivamente nós recebemos há cerca de 8 dias, as informações requeridas em novembro, e logo após o recebimento, fomos interpelado pela imprensa credenciada nesta Casa, e na oportunidade nós declaramos à imprensa, e ratificamos neste momento a nossa declaração, que as operações de crédito realizadas pelo Governo do Estado foram perfeitamente normais e legais.

Houve estranheza dentro da Bancada do PDS pelas minhas declarações, e por esta razão, neste instante, Sr. Presidente, me prevalecendo da bondade da Mesa, eu me dirijo ao Líder do Governo nesta Casa, para fazer a devolução dos documentos que recebi, por duas razões, porque não correspondem à realidade, dadas às declarações inofensíveis prestadas na tarde de hoje pelo Sr. Secretário do Planejamento, que merece neste instante o respeito do povo do Paraná, pela sua coragem cívica, e pelo seu patriotismo.

Os documentos que eu recebi, que me induziram a declarar as operações como normais e legais, estão incompletos.

Primeiro, porque a operação “sub-judice” com o Midland Bank, eu só recebi o contrato em língua estrangeira, e eu só sei falar o português e muito mal, Sr. Presidente.

Portanto, não veio a tradução exatamente de três contratos: do Midland Bank, Banco da Província de Buenos Aires, e First National Bank of Boston.

Estes três contratos não vieram acompanhados das respectivas traduções, e pelo pouco que entendo, e os amigos meus entendem de inglês, no contrato do Midland Bank também não existe nem nas entrelinhas, a figura do intermediário, e parece que a questão toda se resume, num caso de corrupção...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Eu agradeço a Vossa Excelência... denunciada nesta Casa pelo Sr. Secretário do Planejamento. Eu faço a devolução ao nobre Líder do Governo, farei amanhã, oficialmente, a devolução da documentação, solicitando que ela seja enviada a esse Deputado completa, para que eu possa então emitir e formular um juízo.

Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — (Para Questão de Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu quero esclarecer ao

aqui da minha relação as operações que são feitas, por exemplo, com o BNH, Caixa Econômica Federal, SANEPAR. etc. Foram realizadas operações externas, Resolução 63, um grupo de operações no 1.º semestre, através do BANESTADO, da Carteira de Câmbio do Banestado, são seis operações de crédito, uma delas com o City Bank; quatro delas — Resolução 63 — captadas pelo próprio Banco do Estado no exterior e uma delas captadas através do BANORTE.

Como se sabe as operações 63 são operações que um banco capta, empresta a um outro banco local que, por sua vez, repassa a um cliente. As taxas, neste caso, eram „taxas usuais do mercado, „como Vossas Excelências sabem, as taxas externas estavam padronizadas, embora na época o mercado também estivesse extremamente confuso, porque o Brasil estava inadimplente no exterior. Mas, as comissões de repasse, que, no caso, são as comissões locais, variaram 3% num caso, 3% no outro, 6,81 no outro, sendo que aqui no 6,81 já está incluído aquele 1,5 do “flat-fee” que eu mencionei, então seria a diferença, 4,46 no outro, 3,93 na outra operação e 4% na outra operação. Essas são as operações feitas pelo Banco do Estado através da Carteira de Câmbio, cujos valores eu tenho aqui o valor inicial da operação, que somam o total de 15 milhões de dólares, mais 2, mais 3, mais 3, mais 3, mais 1. Então, temos aqui um total de 27 milhões de dólares em operações 63, todas elas tomadas pelo Banco do Estado.

Tomadas pelo Tesouro do Estado - estas diretamente pelo Tesouro do Estado. Veja, há sutilezas contábeis aí que são contabilizadas como sendo operações do Estado ou não, e que não sou capaz de esclarecer a Vossa Excelência de imediato. São operações do Banco do Estado, que as repassa, depois, como empréstimo ao Estado. Mas, as operações externas do Estado, são operações do First National Bank of Boston, no valor de 8 milhões, Midland Bank no valor de 9 milhões e 800 mil dólares; Comind Grand Canyon 10 milhões de dólares; Banco de La Província de Buenos Aires, Agência Nova York, 3 milhões de dólares, e Banco do Brasil Grand Canyon 2 milhões de dólares; somando 32 milhões e 800 mil dólares nessas operações.

Pergunta: com quais agentes financeiros foram realizadas as operações?

No primeiro caso, nas operações do Banco do Estado, elas foram realizadas sem intermediação de corretores. Foram realizadas através dos escritórios nos bancos, ou dos representantes nos bancos do Brasil. No caso das operações da Secretaria de Finanças, nós temos no primeiro caso, do Bank of Boston, a intermediação da empresa BCN Negócios, que representou, no caso, a BCN Negócios eu não tenho consta que não é a representante do Banco de Boston no Brasil, mas recebeu por isso, 8% de comissão, e, possivelmente, uma parte desses 8% deveria ir para o Banco; no caso da operação do Midland Bank, essa operação foi intermediada pela Midland Montagu que é a intermediária pertencente àquele Banco e que recebeu para isso 5%, que eu mencionei, e pela Lemann Ltda, que recebeu os 3%, os malfadados 3% que eu também mencionei. No caso da operação do Comind, a operação foi intermediada pelo próprio Banco Comind S/A, por uma subsidiária, que recebeu 7,5% de comissão e pela firma de

nobre Presidente desta Casa que o requerimento do Deputado Erondy Silvério foi endereçado ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo decidiu endossar o seu requerimento e solicitar do Poder Executivo. Eu não vejo como eu, na condição de Líder do Governo, possa receber de volta essas informações. Elas, se for entendimento do nobre Deputado, devem ser devolvidas ao Poder Legislativo que tem a competência de decidir se eles correspondem ou não à realidade.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Presidência reitera aos Srs. Deputados que se atenham às perguntas ao Sr. Secretário Belmiro Castor. Com a palavra, por três minutos, o Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Secretário, considerando os desencontros de dados que são informados na mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa, na nota da Secretaria das Finanças sobre a resposta do requerimento do Deputado Airtom Cordeiro, veiculadas nos jornais “O Estado do Paraná”, edição de 06 corrente, e “Folha de Londrina”, edição do dia 03 deste mês, e ainda na matéria promocional, veiculada pelo Jornal “O Globo”, da cidade do Rio de Janeiro, de 10 de abril, perguntamos o seguinte, Sr. Secretário.

1 — No exercício de 1983, qual foi o montante das operações de crédito realizadas em moedas estrangeiras, tanto do tipo, 4.1.3.1 com bancos de desenvolvimentos e com bancos privados, como do tipo 6.3?

2 — Com quais agentes estrangeiros foram realizadas as operações, e em que datas foram autorizadas e contratadas?

3 — A que se destinavam os recursos dessas operações, especificamente?

4 — Oportunidade destas operações em vista da disponibilidade de caixa?

5 — Quais os agentes de intermediação em cada operação?

Era isso que tínhamos a perguntar, Sr. Secretário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Belmiro Castor — Bom, em primeiro lugar eu queria explicar que entre a Mensagem do Governador e as informações que eu estou dando, algumas discrepâncias que podem existir, decorrem muito mais de fatores contábeis do que de outro tipo. Porque por exemplo, as operações foram fechadas em 29 de dezembro de 1983, algumas delas, ou seja no apagar das luzes do período de 1983. E por normas contábeis, muitas vezes elas são contabilizadas em função da sua entrada do caixa no Tesouro ou não. Então muitas vezes orçamentariamente elas têm um valor e em termos substantivos tem outro. Por exemplo, uma operação como essa do Midland Bank ela foi realizada em 29 de dezembro e só foi contabilizada no momento em que chega à Secretaria de Finanças a notificação do Banco Central da internalização do dinheiro. Então pode haver discrepância entre uma coisa e outra.

Em relação ao montante de operações de crédito, eu posso fazer a Vossa Excelência a seguinte remissão; foram realizadas é claro que, e eu vou excluir

corretores Bank D'Affair Ltda., que recebeu 2 por cento de comissão.

No caso da operação do Banco de La Província de Buenos Aires, de 3 milhões de dólares, recebeu 6 por cento de comissão local e a firma corretora, M.G. Assesores Financeiros Ltda., recebeu três por cento. E no caso do Banco do Brasil, confirmando, inclusive, uma afirmativa que eu fiz em relação ao que poderia ter ocorrido em 84, o Banco do Brasil não cobrou um tostão de comissão local.

Só, Deputado a que se destinavam os recursos das operações e oportunidade das operações, eu queria mencionar que, efetivamente, dentro da nossa programação orçamentária-financeira de 83, havia necessidade de que nós fizéssemos a mobilização de recursos externos para poder reequilibrar o caixa do Tesouro que estava seriamente desequilibrado.

E a oportunidade dessas operações, eu acho que está intimamente vinculada à sua relevância. Nós tínhamos necessidade de fazer um conjunto de operações de crédito para poder promover o saneamento das finanças estaduais em 83, que, como Vossa Excelência sabe, foi diversas vezes discutido, apresentava um desequilíbrio extremamente grave, e os agentes de intermediação eu penso já ter respondido.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Está com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco tempo atrás uma funcionária da CIRETRAN, colaboradora da CIRETRAN, confirmou através da televisão que ela fazia todo tipo de falcatura na CIRETRAN de Rolândia, com a sua própria voz, ela confessou ter participação. E, de repente, a própria empresa tomou conhecimento de que aquela mesma funcionária ganhara de presente um emprego na CIRETRAN de Londrina.

O ex-Superintendente do IPE, Dr. Ratton, foi demitido da função, o Procurador Judicial do IPE...

O SR. NILSO SGUAREZI – (Pela Ordem) Sr.

Presidente, entendi que o Deputado Trajano Bastos foi muito claro que nós versaríamos sobre o problema específico da convocação.

Parece que o nobre Deputado está fugindo do tema central da convocação do Sr. Secretário de Estado.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) A Mesa acata. Procede sua Questão de Ordem e já havia reiterado aos Srs. Deputados que procurassem apenas o questionamento do Sr. Secretário.

Por isso mesmo, nobre Deputado Antônio Belinati, solicito a Vossa Excelência que faça as perguntas ao Sr. Secretário do Planejamento.

O SR. ANTÔNIO BELINATI – Sr. Presidente, eu não cheguei ainda ao objetivo da pergunta, e pediria que descontasse meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Mas, houve um entendimento de licenças, nobre Deputado, e a sessão é para questionamento e é específica. Não se abrindo para pronunciamentos que não estejam ligados a este caso.

O SR. ANTÔNIO BELINATI – Mas está dentro do objetivo, Sr. Presidente, porque eu estava dizendo que o ex-Superintendente do IPE foi acusado pelo Procurador Jurídico...

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Mas a Mesa não permitirá, nobre Deputado Antônio Belinati, respeitando a sua sensibilidade, a sua astúcia, e solicito também a Vossa Excelência que se atenha às perguntas ao Sr. Secretário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI – Lamento, Sr. Presidente, não poder historiar aqui, aqueles que foram demitidos e com irregularidades, e que voltaram para o cargo.

Mas eu quero, Sr. Presidente, indagar do Dr. Belmiro Valverde: diante de uma exposição brilhante eu acho até que não caberia mais nenhuma pergunta, acho que ficou tão claro aqui que quase é desnecessário qualquer outra inquisição.

Mas, Dr. Belmiro: se o Senhor, por gentileza fosse Governador, e diante dessas acusações que o senhor acaba de formular, que tipo de reação o senhor teria com um Secretário como o das Finanças?

Segundo: se o senhor fosse juiz e fosse julgar o Dr. Erasmo Garanhão, qual o veredicto que daria sobre o mesmo? E

E, terceiro: se o Dr. Erasmo Garanhão for prestigiado por José Richa, o senhor vai continuar como Secretário do Planejamento? Se o Sr. Erasmo Garanhão continuar prestigiado no cargo se o senhor aceitará permanecer como Secretário?

O SR. TADEU FRANÇA – (Pela Ordem) Existe uma evidente persistência do Deputado Antônio Belinati, em formular perguntas que extrapolam ao tema – Operações em Dólares.

Eu peço a Vossa Excelência que não o permita, em função do entendimento invocado há pouco entre as Lideranças desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Encerrado o tempo do nobre Deputado Antônio Belinati.

A Mesa apenas solicita a Vossa Excelência, que encaminhe ao Secretário as perguntas, para que ele possa respondê-las.

O SR. BELMIRO CASTOR – Sr. Presidente, eu vou me permitir não responder, com o devido respeito ao Deputado Belinati, porque eu não sou Governador do Estado, não estou investido em funções de Magistrado e de Justiça, e me cabe apenas fazer o relato o mais objetivo e o mais honesto do meu ponto de vista possível dos fatos que me parecem devam ser do conhecimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE – (Nestor Baptista) Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT – Sr. Secretário. A operação segundo o senhor, foi despropositada e desnecessária de vez que o Estado poderia rolar a dívida de 55 milhões de dólares, ou pelo menos parte dela. Parte da dívida segundo o senhor, era junto ao Banco do Brasil e o Banco do Brasil não cobra comissões locais. No caso foram pagas comissões então totalmente desnecessárias.

A operação não era de conhecimento da Procuradoria Geral do Estado, nem da Secretaria de Planejamento, que não deu os pareceres legais que deviam ter dado.

Ainda, a operação teve uma empresa de corretagem na intermediação totalmente desnecessária em função da capacidade e da tradição de nossos técnicos, bem como e principalmente porque os recursos vinham de uma rolagem da dívida externa brasileira.

Assim sendo, Sr. Secretário, eu gostaria que o senhor nos dissesse, no seu ponto de vista, se a operação foi evitada de liberalidade, de incapacidade, ilegalidade ou imoralidade.

Ainda, Sr. Secretário — o Decreto 58/82, dispõe que compete à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Finanças, a análise prévia dos pedidos de operação de crédito, para exame do Sr. Governador.

A par disso, o Deputado Tadeu França em nota distribuída à imprensa, afirmou que se houve irregularidade o senhor é co-responsável dizendo que se as taxas estivessem fora de mercado deveriam ter sido o Senhor, como o Secretário do Planejamento, a protestar e a exigir a sua não efetivação, perguntando o Deputado em sua nota? A que tipo de interesse serviu a prolongada noite de silêncio e o cuidado sistemático em preservar a desinformação da bancada peemedebista como um todo?

Pergunto então, Sr. Secretário, o senhor teria maneira de não permitir que a operação fosse realizada com as irregularidades ocorridas?

Ainda, Sr. Secretário, em todos esses doze anos que eu o conheço, jamais vi qualquer atitude ou palavra sua denunciando atos ou fatos evitados de irregularidades, como este que hoje traz a público, e se tivesse conhecimento de qualquer outro, com qualquer vício, tenho certeza também estaria denunciado.

Pergunto então, Sr. Secretário, durante todos esses doze anos, foi o empréstimo em pauta o ato administrativo de maior irregularidade ou gravidade que Vossa Excelência teve conhecimento?

O SR. BELMIRO CASTOR — Nobre Deputado Ivan

Gubert, me permita apenas esclarecer um equívoco seu na primeira parte da pergunta. Há duas operações em jogo: uma delas é uma operação que está em curso e que agora está suspensa, no valor de sete milhões e duzentos mil dólares, e que como eu mencionei, era uma operação que me parecia despropositada porque era feita em janeiro, no início do exercício, e como nós tínhamos condições de propor e conseguir do Banco do Brasil a rolagem de parte ou do total da nossa dívida, pelo menos junto àquela Instituição. Então, quando eu estou mencionando o despropósito da operação eu estou me referindo a essa operação que ainda não está contratada, ou seja, que foi por assim dizer, abortada até agora, por força do alerta que os senhores Deputados, o Scalco e eu fizemos ao Governador.

Então, e nesse sentido que eu mencionei a questão de que em 84, dos 55 milhões de dólares, que o Estado poderá rolar de sua dívida, ele tem que pagar 28 ao Banco do Brasil. Daí porque nós poderíamos pleitear junto ao Banco do Brasil que esses 7 milhões e duzentos mil dólares se nós realmente precisássemos deles, que fossem rolados à conta do nosso 28, o que não teria nada de despropositado.

Basta dizer que só as amortizações que o Estado teve que fazer nos primeiros quatro meses de 84, ao próprio Banco do Brasil já somaram 13 milhões de dólares. Então, nós já pagamos ao Banco do Brasil muito mais do que os sete e duzentos que nós havíamos tomado no mercado financeiro.

Então foi esse o comentário que eu fiz em relação a essa operação. E essa operação não se confunde com aquela outra operação que eu mencionei, aquela sim, completa e acabada de nove milhões e 800 mil dólares, na qual a Secretaria de Planejamento do Estado e a Procuradoria não receberam audiência prévia.

Nessa segunda operação em curso ainda não estava no momento de que ela fosse ouvida.

Agora, eu queria responder a segunda parte da sua pergunta e pedir licença ao Deputado Tadeu França para fazer uma pequena retificação — se efetivamente as palavras que estão no jornal correspondem à declaração que ele fez — em relação ao que realmente determina o texto legal. Diz o Decreto 58/82:

“A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (porque isso foi feito em 74 quando a Secretaria tinha outro nome) manifestar-se-á quanto ao mérito do empreendimento e a sua viabilidade e compatibilidade com os objetivos e planos estaduais de desenvolvimento a fim de assegurar a destinação prioritária dos recursos a serem obtidos”.

Parágrafo segundo: “A Secretaria da Fazenda manifestar-se-á: a) quanto aos aspectos creditícios da operação, inclusive juros, comissões, garantias e outras condições contratuais. Não cabe à Secretaria de Planejamento questionar juros, comissões, garantias, taxas e condições contratuais. Cabe a ela questionar se os recursos estão sendo obtidos por empréstimo, estão sendo utilizados dentro das prioridades estabelecidas pelo Estado”.

E como eu mencionei numa resposta anterior, estavam, porque genericamente, esses recursos estavam sendo utilizados para reequilibrar o orçamento do Estado.

Particularmente, neste caso, não poderia eu, obviamente, sem ter conhecimento prévio das condições, não me cabe discurtir se o juro é alto ou baixo. Supostamente, isso tem que fazer e para isso está dotado de poder constitucional como auxiliar do Governador e de Poder Legal através da Lei 6636 — é o Secretário de Finanças. Mas mesmo que eu quisesse fazê-lo, não poderia ter feito uma operação a nove e oitocentos, pela simples razão de que ela não foi submetida ao parecer da Secretaria de Planejamento.

Então eu queria — com a permissão de Vossa Excelência — responder desta forma o pedido de informações do Deputado Ivan Gubert. E a terceira questão, Deputado, permita-me mais uma vez também não externar nenhum juízo de valor, eu não gostaria de fazer um julgamento subjetivo a respeito da gradação da hierarquia das irregularidades. As irregularidades ocorrem em qualquer governo, em qualquer período administrativo. Elas fazem parte, muitas vezes, do comportamento dos próprios grupos humanos — o que é essencial. E é isto que esta Casa dá um exemplo histórico neste momento — é que elas sejam cabalmente apuradas.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Com a palavra Sua Excelência o Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor Secretário, a expressão de que o Poder Legislativo é um “Poder desarmado”, é do consenso geral.

Há ainda aqueles que questionam se o Legislativo é efetivamente um Poder. Não dispomos de recursos, não detemos efetivos militares e carecemos de informações. O Poder Legislativo se coloca sempre em posição de inferioridade quando se defronta com os homens públicos do Poder Executivo.

Eu faço esta introdução para dizer a Vossa Excelência que o conceito de Vossa Excelência é ratificado na tarde de hoje. Vossa Excelência vem ao Poder Legislativo e respeita o “poder desarmado” como sendo efetivamente o Poder que representa os anseios e as aspirações do homem comum.

Coube-me, por definição de bancada, levantar perguntas — colocar perguntas, melhor dizendo — sobre as operações financeiras com o Midland Bank: as já contratadas e aquelas que se encontram em andamento.

Vossa Excelência praticamente torna inútil a minha passagem nesta tribuna, esgota praticamente — pelo menos as minhas possibilidades de formular perguntas.

Com relação às operações até dezembro de 83, são suas palavras, especificamente nesta em que o Paraná teve através de seu Governo um prejuízo de 98 mil dólares, operação despropositada, estranheza de intermediação, possíveis irregularidades nas decisões financeiras, para cuja operação Vossa Excelência e o Sr. Procurador Geral do Estado, não foram absolutamente consultados.

Com relação às operações de 1984, encontra-se em andamento uma operação no valor de 7 milhões e 200 mil dólares, eu me permitiria, mesmo em considerando a sua colocação a respeito do assunto, formular as seguintes indagações, especificamente sobre essa operação em andamento e que no instante presente acha-se em suspenso.

1. Para que finalidade estava sendo realizada essa operação; se era para saldar dívida e/ou compromissos; com quem seria essa dívida e/ou compromisso. Se essa operação estava autorizada pelo Banco Central; se estava previsto nesta operação taxa de intermediação autorizada, e vou além, quem seria o intermediário, se a resposta anterior for positiva?

E finalmente, face à situação de caixa do Estado, se haveria efetivamente necessidade de se realizar essa operação, aumentando-se ainda mais a dívida histórica e presente do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BELMIRO VALVERDE CASTOR — A primeira pergunta do Deputado Mongruel, a ela só posso dar uma resposta genérica, porque como eu mencionei, esta operação havia sido de uma forma extremamente insólita, decidida no mesmo dia em que ela teve a sua proposta apresentada pela corretora.

Essa proposta não foi objeto de discussão prévia com setores técnicos do Governo, e eu fui surpreendido como de resto vários outros Secretários devem ter sido surpreendidos, pelo fato de que o

Estado estava contratando essa operação. Queria fazer um reparo mais uma vez de que, quando eu mencionei o despropósito da operação, eu estava mencionando esta operação e me parecia totalmente despropositada fazer uma operação de crédito em janeiro de 84, quando como eu mencionei já várias vezes, havia todas as possibilidades legais de rolagem da dívida através do Banco do Brasil.

Essa operação veio a ser autorizada pelo Banco Central em data de 27 de março, eu acho, se não me engano, através do chamado documento de credenciamento, e esse documento de credenciamento, é o que autoriza a operação a ser realizada, é claro que aqui nós temos um ponto crítico de discussão, que é, que o próprio credenciamento, como aliás de resto todos os credenciamentos definem que finalmente cumpre-nos ressaltar que não será admitida a incidência de quaisquer outros encargos, além daqueles ora autorizados por esse órgão ou seja, o Banco Central não autoriza o pagamento de comissões, a não ser aquelas definidas no pacote das negociações brasileiras.

Mas, como eu mencionei por esses brasileirismos conhecidos, o Banco Central considera como despesa acessória o pagamento de comissões locais às empresas intermediárias pertencentes aos próprios bancos e conseqüentemente tende a ver de forma tolerante o fato de que essas empresas intermediem os empréstimos.

O que me parece que muito possivelmente será altamente discutível é que desse total das comissões locais, 2 por cento dos sete milhões e duzentos mil dólares, ou seja, dos 144 mil dólares, serão pagos a uma empresa autônoma de corretagem, ou seja, o Estado do Paraná estaria pagando se a operação tivesse sido concretizada cerca de duzentos e poucos milhões de cruzeiros a título de assessoria financeira com a empresa que não tem nenhuma vinculação com o Banco credor.

O intermediário da operação, mais uma vez eu menciono, era a firma Lamann Ltd. Participações e Empreendimentos, cujos prepostos, pelo menos que se apresentaram em diversas ocasiões no Paraná, são os srs. Luiz Eduardo Menezes e Gastão Fraguas.

Se havia necessidade da realização da operação?

Os dados que dispomos, relativos ao comportamento de caixa, mostram que não. Uma operação de urgência, certamente não. Mas, se ela tivesse que ser feita, mais uma vez volto ao ponto, tínhamos duas possibilidades: ou de rolagem via Banco do Brasil ou da própria utilização do aviso dos 30 dias no nome do Banco do Brasil que permitia não pagar a dívida e pagar só no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao Sr. Deputado inscrito, Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Nobre Secretário

Belmiro Valverde, as informações que eu necessito, algumas acabaram de ser respondidas, pelas colocações do Deputado Odeni Mongruel. Não pergunto, espe especificamente, sobre o empréstimo de nove milhões e 800 mil dólares, mas preciso de outras colocações paralelas, importantes para que se elucide bem o assunto.

Sr. Secretário, as taxas de corretagem, nessa vergonhosa, ridícula e catastrófica situação econômica que está metido o Brasil, pela incompetência de seu Governo Federal, eram de praxe, em 83? — Vou separar em três blocos as perguntas.

São do conhecimento do Banco Central do Brasil as condições dos empréstimos, inclusive estas taxas? Esses empréstimos foram autorizados pelo Banco Central? E qual a origem do empréstimo, foi simples rolagem da dívida, contraída anteriormente a esse período de Governo? Quais os governos que endividaram o Paraná junto aos bancos particulares?

O segundo bloco das perguntas é: o atual Governo, comandado por José Richa, está negociando novos empréstimos para investimentos, com Bancos particulares, ou está negociando somente com bancos particulares, tais como BID e BIRD, que têm juros subsidiados?

Terceiro, é possível, ou da prática, tomar-se empréstimos externos, de Bancos particulares, através de empreiteiros, com essas taxas, embutidas no valor da obra?

Vossa Excelência tem conhecimento de ter algum Estado procedido assim? O Governo do Paraná utilizou-se dessa prática ficando comprometido com empreiteiros ou fez tudo às claras, pagando efetivamente as taxas?

Último. A prática adotada na contratação dos empréstimos, pelo Governo do Paraná, em 83, na sua opinião, foi correta e no interesse maior do nosso Estado, ou foi incorreta e prejudicial? Excluindo-se na sua resposta, na sua análise, o empréstimo de 9 milhões e 800 mil dólares, junto ao Midland Bank?

O SR. BELMIRO CASTOR — Em relação à primeira parte da pergunta do Deputado Mário Pereira, há que fazer uma distinção a respeito do conhecimento das taxas.

Como eu mencionei, na resposta do Deputado Mongruel, os custos locais das operações foram eufemisticamente separados dos custos das operações propriamente ditas, no exterior.

Então, se Vossa Excelência perguntar: os custos eram do conhecimento do Banco Central?

Os custos das operações no exterior, ou seja, "prime" ou "libor", mais "Spread" mais "flat-fee", sim.

Os custos de intermediação local, o Banco Central não se envolve com eles. Porque ele não pode nem legalmente reconhecer estes custos. Então, estes custos são considerados custos de assessoria ou custo de consultoria. E aí, evidentemente, se regeriam pelo Decreto-Lei 200 e pela Lei 4320, que estabelece como se contrata um assessor ou um consultor financeiro.

Então, a resposta à primeira pergunta de Vossa Excelência seria de que os custos locais não são submetidos ao Banco Central. Inclusive a manifestação de credor que é o documento que vem do banco, oferecendo formalmente a operação, não fala em custos locais. É como se isso fosse, vamos dizer, uma despesa associada e que não é levado ao conhecimento do Banco Central.

Qual é a origem desses recursos, se é meramente rolagem da dívida ou se é expansão? É essa a pergunta de Vossa Excelência. Dentro das condições dos últimos

dois anos, os Estados estão limitados em tomar empréstimos externos, a rolar parte da sua dívida, ou seja, eles não estão autorizados a ampliar o seu endividamento e sim ao contrário de reduzi-lo progressivamente.

Então, por exemplo, o ano passado, o Estado estava autorizado a rolar 44 milhões e 800 mil dólares a sua dívida, o que significa que ele não poderia aumentar o seu endividamento líquido. Ele tinha que apenas renovar os seus débitos no Exterior.

Quais os Governos que geraram esta dívida?

A resposta é variável. Há dívidas que foram geradas há 10 anos atrás, 15 anos atrás. Há outros compromissos que foram tomados mais recentemente.

O perfil da dívida do Estado envolve débitos que foram contraídos no Governo de Canet, Ney Braga, e até nos governos anteriores.

Então, temos uma série de compromissos que foram, efetivamente, tomados ao longo de vários anos e que agora estão, em fase de maturação, em fase de pagamento. Alguns no começo, alguns no meio, alguns no fim.

Com relação a empréstimos do Governo Richa, a não ser no que toca à rolagem da dívida, ou seja, a manutenção do caixa do Estado, só houve até agora a preocupação de tomar empréstimos junto ao BIRD, que foi o empréstimo que irá lastrear o PLAN, um empréstimo de 55 milhões de dólares para o Programa de Pequenas Cidades, e as negociações junto ao BIRD para a tomada de um empréstimo para o terceiro Programa Rodoviário, ou seja, além, evidentemente, do empréstimo de eletrificação rural para a COPEL, através do próprio BIRD, o próprio Banco Mundial.

São todos estes três empréstimos, estes recursos que vêm do BIRD, são realmente o "filet mignon" do mercado financeiro. Por quê?

Porque eles não têm condições locais; porque não têm corretores, porque eles mesmos cobram os recursos; os períodos de graça, de carência, são maiores, e os períodos de amortização são muito maiores. Os empréstimos do BID e do BIRD normalmente mediam entre 15 e 20 anos de pagamento, enquanto este empréstimo que estou mencionando tem oito anos total de pagamento.

Em relação ao problema das empreiteiras, tenho conhecimento apenas do relatório da Secretaria de Finanças, que alguns Estados utilizam este mecanismo que eu considero altamente condenável, porque o Estado não pode fazer uma operação de crédito disfarçada através de uma empreiteira.

Obviamente os custos da empreiteira em relação a este empréstimo, serão pagos pelo próprio Estado.

Ao meu conhecimento, o Estado do Paraná não faz isto. Ele nunca precisou tomar empréstimos através de empreiteiras.

Eu questiono amplamente outros aspectos que vou mencionar em seguida, e aqueles que eu mencionei na minha exposição. Mas, ao que eu saiba, nunca foi tomado este caminho no Estado do Paraná.

As práticas foram corretas ou não.

Eu acredito, Deputado Mário Pereira, que da minha exposição tenha ficado e vamos excluir aqui a operação de 9 milhões e 800 mil dólares e vamos excluir aqui a operação que quase foi realizada de 7 milhões e 200 mil dólares. Eu acredito que as operações foram tratadas de uma forma talvez diferente daquela que poderia ter sido tratada.

O que explica por exemplo, que a COPEL tenha sido capaz de captar no mesmo mercado financeiro sob a égide da mesma lei, negociando mais ou menos na mesma época, os recursos do Morgan Bank e do Cannon Bank, pagando 0,5 e 1 por cento.

Coincidentemente, o contrato, um destes dois contratos, se não me engano o contrato do Morgan Bank, foi assinado no dia 24/01/84. Na mesma data em que a COPEL fazia negócio por 0,5 por cento, estávamos, através de acordo com o Secretário Garanhão, nos comprometendo a fazer o negócio na base de 6,85 por cento.

Então, o que explica isto?

Explica efetivamente que há técnicas de negociações melhores, mais apuradas e mais responsáveis do que outras. No meu entender.

Então, eu faço reparos a este uso intensivo de corretores, porque um Estado que tem 20 anos de tradição financeira não necessita de intermediação de corretores para ir ao mercado financeiro.

E comprovadamente o caso da COPEL, o caso do próprio BADEP, que também não pagou a corretores financeiros, demonstra claramente que esses corretores eram dispensáveis.

Eu queria apenas, com a licença do Presidente, fazer um adendo à minha resposta.

Eu ouvi, uma vez, o Secretário Garanhão dizer: "mas o BADEP também pagou comissões locais de 8 por cento." Mas há uma falácia nessa resposta. Por que? Porque o BADEP é um agente intermediário que toma dinheiro do Banco X e empresta para o cliente Y; para o industrial ou para o comerciante, quem paga os 8 por cento ou quem paga a comissão final é o tomador do dinheiro. Seria condenável se o BADEP pegasse o dinheiro e pagasse os 8 por cento, como foi o nosso caso. Mas, no caso do BADEP, em uma das dezenas de operações que ele fez, em que houve uma comissão local, do Comind, em Nova Iorque, ela foi paga por uma indústria paranaense, e eu posso garantir que se essa indústria tivesse uma proposta de 7 por cento, ela certamente não pagaria 8 por cento.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Eminentíssimo Secretário de Estado, Belmiro Valverde.

Eu já era Deputado nesta Casa quando Vossa Excelência foi Secretário de Planejamento no Governo Emílio Gomes e posteriormente no Governo Jayme Canet.

Vossa Excelência que sempre mereceu deste Deputado, um grande respeito, uma enorme consideração, porque, além de capacidade, Vossa Excelência tem postura e capacidade, eu quero cumprimentá-lo por sua brilhante explanação, com características do seu comportamento, enfim, dos serviços relevantes de Vossa Excelência, prestados ao Estado do Paraná.

Tenho uma pergunta a fazer a Vossa Excelência, que acredito já tivesse em parte sido respondida, quando dissertou, por quase uma hora.

Nessas duas oportunidades em que Vossa Excelência foi Secretário de Planejamento, nos Governos Emílio Gomes e Jayme Canet, é evidente que foram contraídos empréstimos em moedas estrangeiras.

Eu indagaria, com todo respeito que Vossa Excelência me merece, e de todo o Paraná, Vossa Excelência consagrou-se nesta tarde perante o Paraná todo, indagaria se nessas duas oportunidades, em governos anteriores nessas duas administrações em que Vossa Excelência participou como Secretário de Planejamento e que foram contraídos empréstimos em moeda estrangeira, se foi paga a taxa de intermediação?

Em caso afirmativo, qual foi o custo dessa taxa?

O SR. BELMIRO CASTOR — O Estado do Paraná nunca pagou taxa de intermediação em empréstimos que tivesse feito.

O Estado do Paraná nunca pagou um centavo de comissão a corretores financeiros, o Estado do Paraná sempre tratou diretamente com os bancos ou com os seus representantes.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, apesar de nós, antecipadamente haveremos formulado uma série de perguntas, diante da brilhante exposição do Sr. Secretário Castor, iremos nos resumir apenas em dois tópicos para completar, e para fazer com que a nossa pergunta siga Sua Excelência da melhor maneira.

Diríamos como se processa, ou como se processava a consulta aos bancos internacionais, para tomada de empréstimos em moedas estrangeiras. As consultas deveriam e devem ser formais para obtenção de resposta dos Bancos, e como ela é feita, se normalmente, via telex ou carta?

Nas propostas, os Bancos do exterior mencionam ou exigem a necessidade de intermediação? Já foi anteriormente respondido.

Considerando que o principal obstáculo para obtenção de um empréstimo internacional, é o País tomador, ter o crédito assegurado e, isso foi conseguido pelo Governo Federal através dos últimos empréstimos "jumbos" nos respectivos projetos.

Considerando que o Governo do Estado estava devidamente autorizado a efetuar as operações em moeda estrangeira, a minha pergunta praticamente se resumiria nisto: foi vedada pelo Banco Central a negociação direta, com os Bancos estrangeiros que já haviam se comprometido a fazer empréstimos ao Brasil? Se Sua Excelência tem algum conhecimento nestes últimos meses?

E considerando que, de acordo com o exposto por Sua Excelência, quando não foi consultado ou não teve o aval de sua Secretaria, e da Secretaria da Casa Civil. Para obtenção dos empréstimos de nove milhões e oitocentos mil dólares, considerando naquela oportunidade, a não consulta, diríamos e perguntaríamos, depois da exposição feita, aqui hoje, que é da maior gravidade possível, se Sua Excelência teria as condições de conviver no Secretariado ou se teria a intenção de permanecer ainda à frente da Secretaria de Planejamento diante da expectativa que o Paraná e os Deputados têm, neste exato momento?

O SR. BELMIRO CASTOR — Vou pedir ao nobre

Deputado, que me permita não responder a última pergunta, pois ser também de caráter subjetivo, e me ater apenas às questões concretas.

Manda a técnica de administração financeira, e aliás, isto é rotineiramente utilizado, que num momento em que um Estado, como qualquer industrial, como qualquer comerciante, necessita de dinheiro, ele se dirija à comunidade financeira, através de telex, solicitando que os Bancos interessados em fazer operações, ou eventualmente em fazer operações, que se manifestem, ofereçam as suas condições, o volume de recursos de que dispõem, e por aí afora.

Na operação de 7 milhões e duzentos mil dólares que eu estava mencionando, e que é a operação que estava em curso, e suspensa, atualmente suspensa, isto não foi feito.

Contrariamente ao “beabá” da administração financeira, a Secretaria de Finanças não foi quem tomou a iniciativa de fazer uma cotação dos recursos, e sim, apreciou uma proposta de um corretor que foi a Lemann Ltda. Na operação de 9 milhões e oitocentos mil dólares, eu volto a dizer aquilo que eu já disse: o ponto focal não é se o mercado é volátil ou não volátil, típico ou atípico, se as taxas variam de hora para hora, de dia para dia.

O ponto focal é que o Estado do Paraná tinha em mãos uma proposta formal do Midland Bank, através da sua associada Midland Montagu Ltda. no dia 10 de setembro de 83, para pagar sete por cento de comissão local. E por uma decisão, que eu considero altamente questionável, do Secretário Garanhão, atendendo a uma exigência do corretor ou do corretor da operação, este custo de 7 passou para 8.

Então, a discussão sobre se as taxas que são obtidas em outros Estados são maiores ou são menores; se o mercado varia de dia para dia, ela perde relevância, quando nós sabemos que tínhamos em mão, uma proposta para comprar por 7, o que nós mandamos comprar por 8.

E assim fazendo, o administrador público gastou desnecessariamente 98 mil dólares a mais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado inscrito, Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Secretário, permita-me inicialmente, manifestar a minha admiração pelo trabalho que Vossa Excelência tem desenvolvido, já em diversas oportunidades, frente a negócios da sociedade paranaense.

A exposição de Vossa Excelência feita nesta tarde, demonstra competência e zelo no trato da coisa pública.

As perguntas que dirigirei a Vossa Excelência neste instante referem-se a outro empréstimo em dólares. Empréstimo esse que se refere a um programa que interessa especialmente aos municípios paranaenses, que é o PRAM. As perguntas são as seguintes:

- 1 - Vossa Excelência conduziu as negociações, ou participou das negociações para obtenção de recursos junto ao Banco Mundial, para o programa de apoio aos municípios, o PRAM?
- 2 - Quando foram autorizadas as operações?
- 3 - Houve intermediários nestas operações?

O SR. BELMIRO CASTOR — Com relação à pergunta

do nobre Deputado Losso, a primeira resposta é assim: todas as operações que são negociadas junto ao BID e ao Banco Mundial tem ativa participação da Secretaria do Planejamento, porque contrariamente às operações de caráter meramente financeiro, elas são operações de caráter essencialmente programático. O Banco Mundial como um Banco qualquer, empresta dinheiro por um programa que ele considere relevante. Como é o caso da eletrificação rural; como é o caso do BID; do programa de rodovias alimentadoras; como é o caso do PRAM, que Vossa Excelência mencionou. Então a primeira resposta é essa: eu participei ativamente da negociação dos termos do contrato do PRAM.

A segunda pergunta: quando foram autorizadas? Esses contratos foram autorizados pelo Banco Central por volta de setembro deste ano e assinados por Sua Excelência, o Governador José Richa juntamente com a Diretoria do Banco Mundial, em começo de outubro, se não me engano dia 15 de outubro ou 11 de outubro.

E a terceira pergunta: houve intermediação? Não, não há nenhum tipo de intermediação. Não houve nenhum tipo de intermediário, nem nenhum tipo de comissão ou despesa local. O Banco Mundial cobra do Estado estritamente aquilo que cobra dos outros associados, que é uma taxa, inclusive inferior às taxas básicas do mercado do “prime e do libor” que não tem “spreads”, que tem comissões em moeda estrangeira chamada “commitment-fee”, que é uma espécie de comissão de compromissos, e que não tem nenhum tipo de intermediação possível. Não há intermediários e não há pagamentos a intermediários em nenhuma espécie nessas operações. Nem houve.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. Consultaria a Vossa Excelência se falará como líder, portanto por dez minutos, ou como Deputado integrante da bancada?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Como Deputado integrante da bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Neste caso será descontado de Vossa Excelência, no tempo destinado a Vossa Excelência, os três minutos. Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Secretário, em que momento, exatamente, Vossa Excelência se apercebeu de que estavam ocorrendo irregularidades nas operações de crédito, a ponto de convencê-lo a levar o fato ao conhecimento do Sr. Governador do Estado?

Quais os documentos que Vossa Excelência entregou ao Governador do Estado?

Houve reunião no gabinete do Governador, com a participação de Vossa Excelência, do Chefe da Casa Civil Euclides Scalco, do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão e do Procurador Geral Mauro Maranhão, conforme notícia a Revista “Veja”?

O Chefe da Casa Civil teria argumentado nessa reunião, na presença do Governador, de que as suspeitas levantadas por Vossa Excelência, podem afetar a credibilidade do Governo como um todo?

Houve acareação na presença do Governador com os Srs. Omar Nogueira e Emílio Pederneiras e o Secretário Erasmo. Garanhão?

Esses dois assessores da Secretaria das Finanças acusaram na presença do Governador e do Secretário das Finanças de ter autorizado o aumento de taxa de comissão aos intermediários na operação de 9 milhões e 800 mil dólares, com o Midland Bank?

No relatório entregue por Vossa Excelência e pelo Chefe da Casa Civil Euclides Scalco, ao Governador, contendo a correspondência trocada entre a Secretaria das Finanças, o Midland Bank e a Corretora Lemann, houve algum parecer ou alguma nota explicativa da Procuradoria Geral do Estado na pessoa do Procurador Dr. Mauro Maranhão?

Para reforçar as denúncias contra o Secretário das Finanças Erasmo Garanhão, Vossa Excelência e o Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco e o Procurador Geral do Estado, Mauro Maranhão, levaram ao Governador informações sobre empréstimos pessoais contraídos por Garanhão, no total de 37 milhões de cruzeiros junto ao Banco Mercantil...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu solicito que Vossa Excelência conceda mais dois minutos do Horário da Liderança para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... levaram ao Governador informações sobre os empréstimos pessoais contraídos por Erasmo Garanhão no total de 37 milhões de cruzeiros, sendo 2 milhões para o Secretário Erasmo Garanhão, avalizado por Sua Excelência e 35 milhões para o Chefe do Departamento Jurídico do Banco do Estado, Omar José Badawy, junto ao Banco Mercantil de Descontos, a juros de apenas 2 por cento ao mês, quando normalmente os juros bancários variam de 10 a 15 por cento ao mês?

Qual a participação dos Srs. João Fraguas, Gastão Fraguas, e Luís Eduardo Menezes, e da Corretora Lemann, no empréstimo dado a Garanhão pelo Banco Mercantil de Descontos, a juros de apenas 2 por cento ao mês?

Pela análise das informações da Secretaria das Finanças sobre o montante das Comissões pagas aos intermediários, conclui-se que o total das comissões pagas pelo Governo do Estado do Paraná para obtenção dos dólares, comissões que não eram pagas em Governos anteriores, se eleva a 2 milhões e 644 mil dólares. Todas essas operações ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo solicitado está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mais 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Todas essas operações poderiam ser feitas sem a participação de intermediários, ou somente parte delas?

Quais as operações que dispensariam intermediários? Se todas as operações precisassem de intermediação, as taxas normais não seriam de 3 por cento ou de 5 por cento? No caso de a comissão ser de 5 por cento, houve um excesso de 3 por cento nas taxas de intermediação paga, o que representa no volume das operações realizadas, o montante de mais de 984 mil dólares. No caso de 8 por cento, que foi a taxa média paga no conjunto das operações, o total em cruzeiros é de três bilhões, 966 milhões de cruzeiros.

No segundo caso o total em cruzeiros, é de 1 bilhão e 446 milhões de cruzeiros. Pergunta: qual o efetivo prejuízo que o Estado teve? De 1 bilhão e meio? De quase 4 bilhões de cruzeiros?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao ilustre Deputado, que o tempo gasto por Vossa Excelência, nessa primeira fase, é de 6 minutos.

O SR. BELMIRO CASTOR — Tratando-se de uma pergunta bastante longa, de Sua Excelência o Deputado Líder do PDS, eu vou tentar seguir o seu roteiro.

Como eu mencionei na minha exposição, as primeiras preocupações em relação às operações de crédito, surgiram no começo de fevereiro quando chegou ao meu conhecimento de que uma operação havia sido autorizada em janeiro, ou seja uns 20 dias antes, uma coisa assim, relativa aos 7 milhões e 200 mil dólares, que como já foi várias vezes mencionado, não está concretizado ainda. A partir daí seguiu-se uma fase de verificação junto aos órgãos orçamentários, de consultas, de consultas informais junto à Secretaria de Finanças, de consulta junto aos nossos técnicos e, finalmente, esse assunto foi discutido com o Deputado Scalco, possivelmente no começo do mês de março. Não tenho de cabeça a data.

A rigor, não foram entregues nesse primeiro momento documentos ao Governador. O Deputado Scalco exibiu ao Governador alguns documentos que, indicavam a sua preocupação e a minha preocupação. E isso responde a sua segunda pergunta.

Se houve uma reunião no gabinete do Governador com a participação, de Vossa Excelência, que no caso sou eu, Chefe da Casa Civil, o Secretário de Finanças Erasmo Garanhão e do Procurador Geral do Estado, Mauro Maranhão. Nesta reunião, houve uma reunião na qual não estava presente o Procurador Geral do Estado, e esta reunião se deu nas primeiras duas semanas de abril, se não me engano, dia 11 de abril, eu expus, frontalmente, ao Secretário Garanhão os fatos que me inquietavam e pedi a ele que nos explicasse, ao Governador e a nós, porque achava que esses fatos, realmente, eram extremamente inquietantes.

Nesta reunião eu não tenho lembrança, obviamente numa reunião com esse nível de tensão. Nós estávamos afinal de contas tratando de um assunto dessa seriedade, não me lembro se o Deputado Scalco tenha dito ou deixado de dizer isso aqui, no que o Deputado Scalco foi enfático, foi em dizer que a nossa preocupação, dele e minha, era de que, um ato dessa gravidade, fosse

suficientemente esclarecido para que o Governo que tem primado por tentar impôr padrões de moralidade, por tentar impôr aos seus colaboradores padrões de austeridade, não saísse machucado do episódio.

E o Deputado Scalco enfatizou a necessidade de que esses fatos não ficassem apenas numa apuração administrativa sumária do tipo: vou dar uma olhada, digo a vocês depois. Alguma coisa desse tipo. O Deputado Scalco enfatizou que era necessário que houvesse uma apuração muito concreta daquilo que eu havia levantado com o breve conhecimento dele e que ele endossava.

Houve a careação na presença do Governador com o Sr. Romany Nogueira e Emílio Pederneira Secretário do Garanhão, eu não diria que houve uma careação, houve uma nova reunião quando o Secretário Garanhão apresentou esse relatório explicativo e estavam presentes a essa reunião o Dr. Omar Nogueira e o Dr. Emílio Pederneiras. Nessa reunião esse relatório explicativo que eu estou mencionando é assinado por esses dois técnicos. E esses dois técnicos confirmaram integralmente o teor desse relatório.

Então, foram eles que escreveram e confirmaram na presença do Secretário Garanhão que o aumento da comissão da Lemann, de dois para três, tinha sido autorizado pelo Secretário Garanhão pessoalmente. Foram eles que afirmaram que a proposta da Lemann para a operação de sete milhões e duzentos mil dólares tinha sido efetivamente mandada aprovar, de imediato pelo Secretário Garanhão.

Acho que eles agiram com absoluta integridade, porque eles deram informações objetivas, que não comportava nenhuma interpretação. Eles apenas mantiveram aquilo que estava escrito no seu relatório.

Uma dúvida que surgiu em um certo momento da reunião, se o Banco manteria ou não as condições de sete por cento, ou se o Banco não faria a operação a não ser que a Lemann fosse beneficiada com esse aumento, um deles enfaticamente garantiu que não apenas acata que o Banco havia mandado posteriormente garantia a esse fato, garantia que o Banco faria a operação, como também que o próprio Mister Nicolas do Banco, havia garantido que não tinha nada a ver com operações locais, nem comissões nem corretagem, que o Banco queria saber eram as condições relativas a Midland Montagu e ao Midland Bank, ele próprio.

No relatório, pergunta Vossa Excelência, no relatório entregue por Vossa Excelência e pelo Chefe da Casa Civil Euclides Scalco ao Governador, contendo a correspondência trocada entre a Secretaria de Finanças, o Midland Bank e a corretora Lemann, houve algum Parecer do Procurador Geral do Estado Mauro Maranhão?

Eu lembro que não foi entregue um relatório por nós ao Governador. Esse assunto foi discutido em duas reuniões e não foi feito um dossiê desse material, na hora, para o Governador. Mesmo porque o Governador depois dessas reuniões prosseguiu o seu trabalho particular de averiguação. E não havia Parecer. Já que não havia dossiê, não havia Parecer do Procurador Geral do Estado, Mauro Maranhão.

Pergunta Vossa Excelência se para reforçar as denúncias contra o Secretário de Finanças Erasmo Garanhão, Vossa Excelência e o Chefe da Casa Civil Euclides Scalco, e o Procurador Geral do Estado

Mauro Maranhão, levaram ao Governador informações sobre empréstimos pessoais contraídos por Garanhão, num total de 37 milhões de cruzeiros, junto ao Banco Mercantil de Descontos, a juros de apenas 2 por cento ao mês, quando normalmente o juro bancário varia de 8 a 10 por cento.

Quando eu discuti o assunto pela primeira vez com o Secretário Scalco, já havia uma preocupação, já havia uma informação clara de que esse fato tinha ocorrido. Tinha havido um grupo, aliás, tinha havido duas operações, uma delas de 35 milhões de cruzeiros em nome do Sr. Omar Badaue e avalizada pelo Secretário Garanhão, e outra feita em nome do próprio Secretário Garanhão de dois milhões de cruzeiros avalizada por sua esposa.

O que chamava a atenção não era apenas o fato das taxas serem extremamente disparatadas em relação ao mercado; porque obviamente, é claro que os Bancos não tratam exatamente igual os seus clientes. É comum, é normal que certos clientes consigam taxas melhores que as outras. Na primeira a diferença era cavalgar, a diferença era enorme.

Enquanto que um pequeno comerciante, um pequeno industrial vai ao Banco e paga 15 por cento para descontar uma duplicata, as taxas oferecidas no caso eram extremamente inferiores.

Segundo, porque constatava-se que alguns órgãos do Estado do Paraná e especificamente alguns órgãos ligados a área do Secretário Garanhão, faziam nesse Banco, depósitos de tributos como imposto de renda, ou como INPS, o que era uma prática no mínimo curiosa, porque o Secretário Garanhão é o Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado, e sabe muito bem que nós tínhamos por obrigação como Governo, prestigiar o Banco do Estado. Então, criava-se uma reciprocidade (entre aspas) extremamente discutível sob o aspecto ético. Em terceiro lugar porque o Sr. João Fraguas, que era o gerente do Banco Mercantil de Descontos em Curitiba, e que beneficiou o Secretário e o seu apresentado, e co-obrigado nessas operações com taxas beneficiadas, era irmão do Sr. Gastão Fraguas, que era um dos prepostos da Lemann que havia se beneficiado com o aumento de noventa e oito mil dólares de comissão, ou que estava em via de ser beneficiado porque as operações são mais ou menos da mesma data.

Então, esses são pontos realmente críticos para análise. As demais perguntas de Vossa Excelência são exercícios numéricos em relação às taxas. Se o montante das comissões pago às intermediárias, conclui-se que o total das comissões pagas se eleva a dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil dólares. Mais uma vez, eu queria lembrar a distinção crucial entre a intermediação das agências pertencentes aos bancos, e essa era praticamente inevitável, e a intermediação dos corretores, e essa era muito possivelmente dispensável. Então, quando Vossa Excelência faz o cálculo de dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil dólares, nesses dois milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil dólares, cerca de um milhão e novecentos mil dólares deve ser de taxas pagas às firmas que intermediavam os empréstimos

para os Bancos. É claro que aí entra uma tecnicidade. Não sei se elas foram bem ou mal negociadas. Eu, mais uma vez, chamo a atenção para um caso de uma empresa como a COPEL: por que a COPEL paga meio por cento Morgan-serviços, e nós pagamos 7,5 por cento ao Comind-serviços? Mas amanhã, os Senhores terão a oportunidade de perguntar isso prontamente ao Secretário Garanhão. Mas eu queria fazer essa ressalva para evitar que fosse interpretado de forma errônea o que disse. O que eu considero claramente discutível não são as taxas cobradas dos intermediários pertencentes aos bancos porque isso eram evidências do mercado financeiro: mas sim o uso sistemático de corretores, porque os corretores são segundos intermediários, e só um corretor como a Lemann recebeu do Estado para corretar a primeira operação, duzentos e quarenta mil dólares, ou seja, mais de quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros, e estava em via de receber mais cento e quarenta e quatro mil dólares, ou seja, mas de duzentos milhões de cruzeiros se a segunda operação tivesse sido concretizada.

E eu peço permissão a Vossa Excelência para não comentar os demais exercícios numerológicos porque, se aumentasse isso, se diminuísse isso, é claro que nós pudéssemos chegar a números mais desbaratados, mas, objetivamente, eu daria a Vossa Excelência a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Senhores Deputados, Sr. Secretário.

Vossa Excelência prova, neste plenário, o quanto valem a dignidade e a reputação de um homem público sério, e ao mesmo tempo, desmistifica o cinismo daqueles que tratam a coisa pública com descaso e sem interesse, e ao mesmo tempo, sem compromisso com a moralidade.

Foi elucidativo o depoimento de Vossa Excelência, claro, sem nenhum ponto obscuro, as provas documentais são irrefutáveis, poderia até me dispensar de fazer esta intervenção neste momento, mas não sairia desta Casa com sentimento de justiça se eu não proferisse estas palavras perante Vossa Excelência, perante os Deputados Estaduais de ambos os partidos e perante aqueles que nos visitam no dia de hoje. Mas gostaria também de indagar de Vossa Excelência para desfazer algumas dúvidas minhas pessoais. Por que o Governo do Estado não recorreu, se necessidade houvesse da intermediação ao Banco do Estado do Paraná que tem uma carteira de câmbio, que tem uma corretora de valores, que tem uma agência em Nova York, que hoje está em situação difícil, repito, o Banco do Estado em situação difícil, enquanto o Governo do Paraná provoca a sua própria erosão, pagando a intermediação para uma empresa particular?

Esta a primeira indagação.

A segunda, se houve nos dois governos anteriores, algum caso de intermediação nas negociações de empréstimos internacionais, a-exemplo do que ocorre nestes contratos e especificamente no contrato de 9 milhões e oitocentos mil dólares.

Denuncio, por outro lado, a "coincidência" da operação abortada pelo alerta de Vossa Excelência e pelo alerta do Chefe da Casa Civil, em fevereiro

deste ano e estabelecida a conexão...

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica o orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) --

Consulto a Vossa Excelência, se não posso ceder do Horário da Liderança o tempo suficiente para o Deputado Airton Cordeiro terminar a sua indagação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa

lamenta por não poder acatar a questão de ordem levantada por Vossa Excelência porque já foram anunciados os procedimentos desta sessão e Vossa Excelência terá oportunidade como Líder concluir o pensamento, as perguntas do ilustre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) --

Vossa Excelência há de me permitir, o horário é privativo do Partido, não somente do Líder e o Partido poderá ceder a um dos seus liderados para que possa fazer uso das colocações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa

houve a palavra de Vossa Excelência, pela segunda vez, pela ordem, por liberalidade, regimentalmente Vossa Excelência poderia pedir a palavra pela ordem sobre o mesmo assunto uma vez, e o tempo pertence à Liderança, já que para os outros Deputados encontra-se o livro aberto para as inscrições.

Nessas condições, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Com o meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu consulto ao Sr. Secretário se há alguma resposta a dar nas formulações feitas pelo ilustre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. BELMIRO CASTOR — Da exposição do

Deputado, parece-me que a única pergunta que eu captei, foi se houve em operações anteriores pagamentos de intermediações.

Volto a dizer que pagamentos de intermediações e corretores autônomos nunca houve, a que pode ter havido e isso é natural no mercado financeiro é pagamento de despesas acessórias aos próprios bancos ou seus representantes, isso varia de acordo com as condições do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Secretário, nós

nesta tarde estamos assistindo aquilo que há muito tempo esperávamos, um homem de governo vir à Assembléia prestar contas e tomar uma posição, nós elogiamos esta atitude, mesmo sendo de outro partido, porque é disto que o Brasil precisa e fazemos algumas indagações, apesar que Vossa Excelência já deixou claro e fazemos algumas indagações, apesar que Vossa Excelência já deixou claro e pelos

documentos que apresentou, acho que não há quase dúvida nenhuma mais, só algumas pequenas dúvidas que nós ficamos, por exemplo:

Vossa Excelência tem conhecimento dos intermediários, se são agentes com firmas recentes ou mais antigas.

Segunda, se os proprietários dessas empresas, se tem o conhecimento do nome desses proprietários e se soubesse que declinasse desses nomes.

Terceira: porque a expressão usada por Vossa Excelência, quando há poucos instantes, dizia em relação à firma Lemann, a expressão "indefectível", que nós gostaríamos que Vossa Excelência explicasse por que esta expressão em relação à firma Lemann.

Quarta: também é uma pergunta: o Paraná foi lesado praticamente em 4 bilhões de cruzeiros. A pergunta: — Qual é a razão de serem utilizados, em 3 das 4 operações negociadas por Garanhão, em dezembro de 83, dois agentes de intermediação?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. BELMIRO CASTOR — Em relação às duas primeiras perguntas, eu não sou capaz de responder a Vossa Excelência porque realmente eu não conheço os agentes, não sei se são firmas tradicionais no mercado, ou se são firmas adventícias.

Os nomes que eu posso mencionar são aqueles que estão na correspondência, ou que foram testemunhalmente constatados, que são, no caso da Lemann, Luiz Eduardo Menezes, que é o titular da firma e do Sr. Fraguas, que várias vezes esteve no Paraná, inclusive no Banco Central, inclusive se intitulando agente para empréstimos paranaenses.

Não conheço outros nomes. Sei que uma firma chamada M.G. Assessoria Financeira, como o preposto chama-se Milton Germann, imagino que M.G. seja o correspondente de Milton Germano.

A expressão "indefectível Lemann", pode ter sido até pouco regimental. Eu apenas quis com isso explicitar mais ainda que achava que uma empresa que já havia nos colocado numa situação de dano, no momento em que ela gerou para nós uma despesa de corretagem adicional, curiosamente é chamada novamente a intermediar um novo empréstimo. E curiosamente esta empresa é a única que apresenta uma proposta, que é imediatamente aceita.

"Indefectível", foi uma liberdade poética, talvez eu pedisse ao Presidente que retirasse da transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende a Vossa Excelência...

O SR. BELMIRO CASTOR — Só me perdoe, Sr.

Presidente, que os quatro bi, eu não conheço os cálculos do Deputado Werner Wanderer, e para ser bem sincero, não concordo com ele, que foram lesados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado inscrito, Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Secretário Belmiro Valverde, este País vive, administrativamente, numa podridão tão grande, que a gente ouve denúncias

de corrupção, especialmente no escalão federal, Governo do PDS ...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, regimentalmente, nós estamos tratando agora somente da corrupção do Estado do Paraná; a Federal nós vamos tratar depois. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa ao responder a questão de ordem levantada por Sua Excelência, solicita ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha ao assunto objeto da convocação do Sr. Secretário do Estado. Com a palavra. Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — É que é difícil, Sr. Presidente, falar em corrupção e não falar em PDS. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa adverte Vossa Excelência. A Mesa quer advertir primeiramente as galerias, para que não se manifestem, porque o Regimento Interno assim não o permite. É volta a solicitar do Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha a solicitar do Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha ao assunto objeto da convocação de Sua Excelência o Sr. Secretário do Planejamento.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (Pela ordem) — Sr. Presidente, só para lembrar que Garanhão pertence ao PMDB, não ao PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não aceita a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Secretário, nós gostaríamos de saber, o Senhor falou muito no Sr. Chefe da Casa Civil. E falou, parece-me que em duas oportunidades, no Senhor Governador José Richa.

Gostaríamos de saber qual a posição efetiva tomada pelo Senhor Governador, qual a sua reação, o seu posicionamento no ato de se tomar conhecimento da sua denúncia e no decorrer desse episódio, como se portou o Senhor Governador do Estado até o presente instante.

Número 2 — Nós notamos também, que a Secretaria de Finanças tem um poder extraordinário. Parece-nos que apenas a Secretaria de Finanças assina documentos importantíssimos, toma decisões importantíssimas. Só a Secretaria de Finanças assinou estes documentos, liderou este movimento, comandou todo este movimento e ela tem, efetivamente, tanto poder assim para tratar com tanto dinheiro assim, sozinha, em uma manifestação de outras Secretarias e do próprio Governador?

E por último, o Senhor Secretário acusa o Senhor Secretário de Finanças de haver conduzido mal os negócios do Paraná. E, pelo que pudemos observar, pelos documentos que Vossa Excelência apresentou, realmente, o Senhor Erasmo Garanhão causou um prejuízo ao Estado do Paraná. E, ele terá, evidentemente, oportunidade de amanhã provar ao contrário.

O Sr. Secretário não o acusou com tudo de

haver tirado proveito próprio desta situação, de corrupção propriamente dita.

O senhor teria algo que pudesse autorizá-lo a denunciar proveito próprio por parte do Secretário de Finanças. Teria algum trunfo guardado na manga ou o senhor não teria nenhuma referência a fazer sobre o proveito próprio tirado pelo Secretário, já que o prejuízo ao Estado do Paraná, parece claro, segundo os documentos que Vossa Excelência apresenta, que ele realmente causou. Era isso.

O SR. BELMIRO CASTOR — Respondendo a primeira pergunta do Deputado Ferrari Júnior, acho que o Governador José Richa agiu exemplarmente nesse episódio.

Agiu como um homem sereno. Recebeu de dois de seus auxiliares um questionamento extremamente sério com relação ao comportamento de um 3.^o. Muito possivelmente pagou o preço ineditismo, porque neste país há muitos anos os governadores não são levados a fazer julgamento a respeito da idoneidade dos seus auxiliares. Não existe "Know How" recente no nosso Estado a respeito disso. Ao contrário, existe um "Know How" de acobertamento, de complacência, o Governador do Estado agiu com toda serenidade. Procurou ouvir várias pessoas que considerou de sua confiança. Procurou fazer num exame cuidadoso da documentação que lhe foi oferecida. Deu oportunidade para que todas as pessoas envolvidas pudessem dizer aquilo que afirmava saber e, deu oportunidade para que as pessoas, cujos atos haviam sido inquinados de irregularidade para que se manifestassem e explicassem estas irregularidades. Chegou finalmente, a convocar membros responsáveis da comunidade para ajudá-lo a dirimir este episódio e, finalmente, apoiou a vinda dos senhores Secretários a esta Casa que é legítima, fiscal dos atos administrativos.

E com isso então, eu acho que o senhor Governador deu um exemplo de comportamento democrático, mas deu um exemplo de firmeza, de serenidade que não pode ser esquecido neste episódio.

Quanto ao poder da Secretaria das Finanças, evidentemente, se nós pudéssemos brincar com assunto tão sério nós podíamos parafrasear a Constituição que diz que "todo poder emana do povo" para dizer que todo o poder administrativo emana do poder de pagar e receber. É claro que uma Secretaria que tem prerrogativas de estabelecer, receber recursos, pagar, controlar a política financeira do Estado tem um poder desmesuradamente grande. E esse poder ele é inerente à própria função da Secretaria de Finanças, agora ele pode ser exercido de uma maneira mais compatível ou não com as idéias de Governo, colegiado de Governo Democrático, várias dessas decisões foram tomadas efetivamente ao arrepio de qualquer discussão, não deveriam ter sido! Várias decisões cruciais foram tomadas sem que o Governador tivesse sido consultado previamente, não deveriam ter sido! E aí eu entro num julgamento subjetivo, na questão, do qual eu gostaria de fugir.

Quando o Deputado Ferrari Júnior me pergunta se eu acusei o Secretário Garanhão de conduzir mal os negócios do Estado, eu quero ser bem mais explícito, para evitar ambigüidades e dubiedades.

Acusei o Secretário Garanhão de ter conduzido uma negociação, junto ao Midland Bank, praticando uma liberalidade que custou ao Estado 98 mil dólares que não precisava ter gasto. Eu não quero deixar meias palavras e nem meios termos nisso, que o aqodamento do Secretário Garanhão, em autorizar uma operação de crédito, eu afirmei e afirmo isso, que o aqodamento do Secretário Garanhão em autorizar uma segunda operação de crédito de 7 milhões e 200 mil dólares, sem ter cumprido as regras elementares, que qualquer administrador financeiro deveria seguir, de consultar os Bancos, de cotejar os custos, a decisão aqodada de aceder, de apreciar uma proposta de um Corretor, poderia ter custado ao Estado 144 mil dólares se não tivesse sido abortada.

Agora, não é o do meu feitio avançar julgamento a respeito do favorecimento pessoal que possa ter advindo daí, eu apenas relato os fatos, apenas tento ser objetivo, apenas tento levar aos Srs. o conhecimento das diversas peças que formam esta cadeia muito intrincada. O julgamento não cabe a mim!

O SR. PRESIDENTE — (Traiano Bastos) — Concedo a palavra ao Deputado inscrito, Sr. Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Secretário, quero lhe colocar duas questões: neste País um cidadão, sendo casado precisa, para vender um imóvel de sua propriedade, precisa ao menos da autorização da sua mulher.

Secretários da área financeira, Ministros da área financeira, comprometem a política e o crédito público federal e estadual, sem pedir licença nem para suas mulheres, quanto mais para o povo através de seus representantes, no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas.

Na opinião de Vossa Excelência a devolução da prerrogativa, para o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais, no exame de cada empréstimo externo não resolveria de vez o problema da suspeição de corrupção em cima de negócios públicos?

Segunda questão, se não caracteriza a existência de corretores, intermediando empréstimos junto aos governos estaduais, uma verdadeira chantagem através da cobrança de juros sobre juros, para que servem essas corretoras, uma vez que até pouco tempo elas não existiam?

Poderíamos caracterizar essas corretoras como o resultado da prática do capitalismo selvagem e do regime do compadrio instalado nesse País desde 1964?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. BELMIRO CASTOR — Concorde plenamente com a primeira assertiva do Deputado Roberto Requião, e essa devolução, ou essa prerrogativa, de que a Assembléia passe a examinar as operações de crédito, me parece absolutamente coerente, com o quadro de progressiva e inevitável participação da Assembléia nos negócios administrativos do Estado. Evidentemente, a Assembléia analisando as operações, as legitimaria ao aceitar ou não, procedimentos e os intermediários arrolados nestas operações. Concorde filosoficamente com estas idéias, e acho que elas são perfeitamente cabíveis e factíveis no caso dos governos, tanto estaduais,

qundo federal.

Tem razão o Deputado Requião num país que você para vender um lote de terreno de 300 mts quadrados, na periferia de Curitiba, você precisa ter a outorga uxória: você é capaz de assumir compromissos que onerem a população como um todo, por decênios, praticamente, sem ouvir ninguém. E esse é um ponto com o qual eu concordo integralmente.

A questão das corretoras, mais uma vez eu volto à questão anterior. Realmente existe toda uma fauna de agentes financeiros que gravitam em torno desse mercado financeiro. Existem clientes e clientes, existem pessoas que vão ao Banco diretamente e são tratadas com tapete vermelho. Existem clientes que precisam eventualmente da intermediação de um corretor. Eu estou convencido de que nós podíamos ser tratados com tapete vermelho.

E, portanto, o argumento de que o estadual a ou b, usa corretoras, não me convence. Além de que, evidentemente, as corretoras agem como meras intermediárias, são despachantes, e nós sabemos como os negócios de despachos podem se desenvolver em algumas ocasiões.

Para que servem elas? Pode ser que sirvam a algum fim, em algum estado ou município ou alguma empresa devedora. Mas, muito certamente, tem pouca ou nem uma utilidade num Estado como o nosso, que há 20 anos frequenta o mercado financeiro, sempre foi respeitado nos Bancos internacionais, sempre foi disputado como cliente, ao ponto de que, um dos fatos de que nós nos orgulhamos, apesar de sermos um governo da oposição, apesar de termos enfrentado todos os percalços bem conhecidos na aprovação do empréstimo externo, junto ao Banco Mundial para o problema de pequenas cidades.

Apesar de tudo isto, o Estado do Paraná tem recebido por parte das autoridades federais grande estímulo para apresentar os seus projetos ao BID e ao BIRD, porque é considerado um Estado confiável, em termos de execução de seu programa.

Então, respondendo objetivamente à pergunta de Vossa Excelência, a Assembléia deve efetivamente voltar, não me lembro se historicamente ela teve esta prerrogativa, a analisar as operações de crédito externas. E o papel dos corretores deve ser severamente policiado, e limitado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Secretário do Planejamento, Vossa Excelência afirmou que não cabe à Secretaria do Planejamento, a discussão de taxas de intermediação.

Entretanto, toda crise que tantos dissabores vem causando ao Paraná, e que estão espelhados em toda imprensa nacional, têm como origem as denúncias do Secretário do Planejamento, em torno de uma taxa de intermediação.

Via de regra, as operações realizadas em moeda estrangeira não são consumadas sem o concurso do Secretário das Finanças, do Planejamento, e o do próprio Governador do Estado. E insisto em indagar se Vossa Excelência desconhecia o desencadeamento da operação financeira com Midland Bank, e qual a causa do não questionamento, antes da consumação do empréstimo com a chancela

do próprio Governador do Estado, a imoralidade aventada, seria exclusiva do Secretário das Finanças?

O SR. BELMIRO CASTOR — Nobre Deputado Tadeu França, sou obrigado a lembrar a Vossa Excelência, que não cabe ao Secretário do Planejamento questionar as taxas pagas pelo Governo nas suas operações de crédito, porque essa é prerrogativa legal do Secretário de Finanças.

Mas, cabe a qualquer cidadão, paranaense cotejado com a mudança de uma taxa, com a alteração de uma comissão, que gerou uma despesa injustificável de 98 mil dólares, levar esse fato ao conhecimento das autoridades do Estado. Não me cabia regimentalmente discutir se o Secretário Garanhão tinha feito bons ou maus negócios, mas me cabia como Secretário e como cidadão questionar se um homem público age bem quando de posse de uma proposta para pagar sete por alguma coisa, paga oito, e paga oito não com seu próprio dinheiro, mas com o dinheiro da população. Noventa e oito mil dólares, Deputado Tadeu França, 98 mil dólares é o que ganha quatro pessoas durante toda sua existência se receberem salário mínimo. Quatro pessoas trabalhando a vida inteira ganhando o salário mínimo, receberam ao fim de sua existência aquilo que uma firma de corretagem em 24 horas recebeu por liberalidade e prolixidade. Então eu me permito a veemência da resposta de Vossa Excelência lembrar que não cabe mais uma vez, e está aí à disposição de Vossa Excelência, o Decreto 5882, para mostrar que a discussão das taxas, das Comissões, das garantias e das condições caretices é da responsabilidade do Secretário das Finanças. Cabe ao Secretário do Planejamento garantir apenas que o resultado das operações seja utilizado em prol dos objetivos prioritários de um plano de Governo. Mas, no caso específico, cabe lembrar a Vossa Excelência, que como eu mencionei essa operação, curiosamente não foi submetida tempestivamente ao Secretário do Planejamento nem à Procuradoria Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento do Estado do Paraná; para clareza de todos e para não deixarmos dúvidas, ou dúvida, quanto à honestidade do Governo Richa, formulo a seguinte indagação.

A empresa de eletrificação do Paraná, COPEL, na rolagem de sua dívida externa e na captação de recursos para seu plano de eletrificação rural, o BADEP, na captação de recursos externos para posterior repasse ao tomadores finais, a Secretaria do Transportes nas negociações para captação de recursos externos para o plano viário do Governo tem tido o mesmo procedimento da Secretaria das Finanças? Ou estilo ou método que levanta dúvidas a Vossa Excelência é exclusivo da Secretaria das Finanças?

Existem provas, Sr. Secretário, documentais de recomendações ou solicitações do Sr. Secretário das Finanças feitas a outros órgãos do Estado; como Loteria do Estado, COPEL, etc. Para depositarem FGTS, INPS ou outros numerários em bancos particulares em detrimento do BANESTADO,

com os quais se beneficiava ou negociava o Sr. Secretário das Finanças? Mais ainda, a liberalidade administrativa mencionada por Vossa Excelência, do Sr. Secretário das Finanças prejudicando o Paraná em 98 mil dólares, segundo seu entendimento essa liberalidade se constitui em um alto de incompetência, de imoralidade, de desonestidade ou de favorecimentos a terceiros em prejuízo do Estado do Paraná.

O SR. BELMIRO CASTOR — Nobre Deputado

Osvaldo Alencar Furtado, eu tenho em mãos os documentos de negociação da COPEL que somaram o ano passado 21 milhões e 700 mil dólares. Antes que pareça que as explicações que me foram dadas sobre esse documento não foram levadas em consideração, queria lembrar que quando este assunto foi discutido, já disse isso neste Plenário, a explicação é de que a diferença de taxa da COPEL se devia ao fato da existência de um pacote financeiro comum a todos os Estados e a todos os concessionários: o pacote ELETROBRÁS.

Na realidade, consultada a própria área financeira da COPEL e das outras concessionárias, constata-se que esse suposto pacote financeiro da "ELETROBRÁS", na realidade não existe. Da mesma forma como os Estados tiveram a fixação de seus limites para arrolar suas dívidas, as companhias não só energéticas, como todas as companhias públicas e mistas no Brasil, também tiveram as suas limitações. E, a partir daí, cada uma delas negociou por conta própria com seus possíveis credores.

Poderia exibir a Vossa Excelência - não tenho em mãos agora, ao longo da preparação para esta sessão eu solicitei à COPEL - todo o dossiê das negociações, as cotações em maio, as cartas que foram recebidas dos Bancos, os telex. Eu, realmente, se Vossa Excelência me permite o comentário meramente técnico, acho que as cautelas que foram tomadas pela COPEL, por exemplo - para ficar no caso da COPEL - são infinitamente superiores àquelas que foram tomadas na área da Secretaria de Finanças, inclusive porque a COPEL foi solicitada no contrato do Morgan Bank, a pagar as comissões de meio por cento à firma MORGAN SERVICE. Essa solicitação que veio por um telex no dia 14 de 10, lembre-se, por gentileza que a nossa 14 de 10 por quase coincidência é a data em que o Secretário Garanhão autorizou o aumento da comissão paga à Lemann, a COPEL submeteu à Diretoria e ao Conselho Administração da COPEL a solicitação do Morgan Bank, e, com isso, então, ela ficou calçada, ficou legitimada em poder pagar esse meio por cento.

Na outra operação que a COPEL fez, que foi uma operação de 11 milhões e 700 mil dólares, e que veio - foi negociada ao longo de 83, e assinada, finalmente em 1.º de fevereiro de 84, o Banco Chemical solicitou o pagamento de 1% à Chemical Service. E também a COPEL tem toda a documentação provando que esses valores financeiros resultaram de todo um inter-jogo, uma inter-negociação para tentar as melhores condições possíveis para o Estado.

Lamentavelmente, não posso dizer a mesma coisa das operações que estou inquinando de irregulares.

Em relação ao BADEP, um dos argumentos mais usuais usados pelo Secretário Garanhão é de que o BADEP também pagou comissões intermediários. E eu vou voltar à explicação que já dei aqui. Uma

coisa é você ser tomador final do empréstimo e pagar uma comissão local, outra coisa é você ser um banco que tomou o dinheiro do banco "a", para entregar ao cliente "b", e que você cobra uma comissão de repasse.

No caso do BADEP, eu tenho aqui listado uma operação de mais de 20 ou 30 operações em que em algumas delas, principalmente aquelas em que envolviam o COMIND, havia a cobrança de comissões locais para um corretor, sendo que - e esta é a diferença crucial quem pagava essas comissões locais não era o BADEP, era o tomador do dinheiro, ou seja, a empresa industrial ou comercial, que achava que era razoável em termos de custo financeiro arcar também com 1,5%, 4,5% ou até 8% em matéria de comissão local.

Então, há uma diferença fundamental da força pela qual essas três negociações foram conduzidas, a da COPEL, do BADEP e a da Secretaria de Finanças, sob a coordenação do Sr. Secretário.

Não existem provas documentais que eu tenha conhecimento e Vossa Excelência pergunto "provas documentais" de que? Eu não me lembro, perdi um pouco.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Solicito a Vossa Excelência que esclareça as indagações do Sr. Secretário.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — O Secretário das Finanças tinha feito solicitação a outros órgãos do Estado, como por exemplo: a Loteria do Estado, a COPEL para depositarem - FGTS, INPS ou outros numerários em bancos particulares com os quais o Secretário das Finanças transacionava, ou negociava ou se beneficiava, ele ou parentes seus.

O SR. BELMIRO CASTOR — Eu, pessoalmente, não disponho provas documentais desse tipo. E sugiro à Assembléia - me permita Vossa Excelência Presidente, essa sugestão - que tendo em vista que esses órgãos públicos, todos são obrigados a prestar essa informação que eles então prestem essa informação à Assembléia se foram, de alguma forma, gerenciados, sofreram determinação ou algum tipo de estímulo para que fizessem esse depósito.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Mas Vossa Excelência tem conhecimento que existia depósito vinculado a essa taxa internacional de 2 para 3%?

O SR. BELMIRO CASTOR — Não. Veia Deputado, são duas coisas separadas. Existia uma operação de crédito pessoal feita num banco onde o Estado, através de algumas das suas organizações, depositava importâncias referentes a Imposto de Renda e INPS. E chamo a atenção o fato de que nós tivéssemos estimulado de alguma forma depósitos fora da rede oficial, num banco que está com problema notório de caixa. Esse é um aspecto. E há uma simultaneidade entre certas operações de crédito feitas nesses bancos e a operação de crédito inquinada. E isso é apenas isso que eu estou dizendo.

Em relação ao terceiro aspecto se aquele gasto adicional de 98 mil dólares, constitui liberalidade, imoralidade ou ilegalidade. Peço permissão a Vossa Excelência para não externar julgamento em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese que o meu tempo seja de apenas três minutos, eu dedicaria até mesmo todo ele, para ressaltar a atitude singular do Secretário do Planejamento desse Governo, de vir aqui clarear rumores de que muito corre pelo Brasil afora.

Imaginem, pasmem os senhores, um Governo que lidera um IBOPE nacional com o seu Secretário de Planejamento, braço direito do seu governo, o pensador do seu governo, o dirigente desse governo, o consultor desse governo, aqui na Casa do Povo, trazendo denúncias, não do PDS, mas denúncias suas, corajosas.

E não me estranha, Sr. Secretário, porque Vossa Excelência já participou em dois governos da Revolução. Não é estranha a sua atitude. Mas eu temi por ela, quando vi na imprensa do Paraná que teria apenas extravasado uma comunicação secreta. Era uma notícia de bastidores entre Vossa Excelência e o Governo.

E hoje, eu vim para esta Casa de Leis, temeroso que sua coragem não fosse tanta, e viesse aqui dar explicações subterrâneas.

Porém, nesta tarde memorável da História do Brasil...

(Tímpanos)

O SR. SÉRGIO SPADA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Pelo que nos consta, de um acordo firmado entre as lideranças e Vossa Excelência, ficou definido que não se permitiria discursos tal como este que o Deputado Quielse Crisóstomo profere, neste momento.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa

acata a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, e solicita ao ilustre Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha a perguntas que porventura tenha a fazer ao Sr. Secretário, já que as considerações serão feitas através das lideranças partidárias com assento nesta Casa.

Solicito a Vossa Excelência o entendimento e a cooperação nesse sentido.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Eu acato, mas discordo de Vossa Excelência, porque trato do assunto em pauta, o comportamento do Secretário nesta Casa.

Mas, já que o meu tempo é exíguo, e o problema é dólar, eu perguntaria tão somente, porque está tão claro, está tão evidente a corrupção no Governo através da Secretaria de Finanças, que nenhuma pergunta mais possa ser feita.

Eu trouxe mais de 20 perguntas; não farei nenhuma das que eu preparei, porque o Secretário foi eficiente nas respostas. Ele trouxe tudo aquilo que esperávamos que trouxesse.

Mas farei uma somente. Por muito menos do que isso caiu Haroldo Leon Peres. Por muito menos que isso caiu Jânio Quadros. Pergunto a Vossa Excelência, então, e em dólares, se este Governo já está providenciando a devolução dos quatro bilhões de cruzeiros que foram extraviados nessas operações, do povo do Paraná.

Esta é a minha pergunta.

O SR. BELMIRO CASTOR — Eu peço permissão ao Presidente da Casa e aos Srs. Deputados para não responder a esta pergunta do Deputado Quielse Crisóstomo, e particularmente manifestar a ele a minha estranheza por essa aritmética extremamente peculiar que ele apresentou e que realmente causa espanto a todos aqueles que tenham alguma vez na sua vida passado pelos livros de matemática.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Inicialmente eu estranho também a atitude do nobre Secretário, de tentar naturalmente agora ser agradável ao Governo, mas eu sei um pouquinho de matemática porque sou engenheiro civil, só para sua informação.

A minha matemática prende-se ao seguinte: é matemática sua. Os cálculos que foram feitos aqui não é apenas de 1 por cento que Vossa Excelência enfatizou que esta operação podia ter sido toda ela feita através do Banco do Brasil e aí o lucro seria de 8 por cento, o que nos dá os quatro bilhões de cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro Secretário de Planejamento, Dr. Belmiro Valverde Castor.

Feliz do Estado, feliz do País que pode ter em funções de importância, homens do quilate de Vossa Excelência, que não se apegam ao cargo, mas se apegam, sim, à moralidade e ao desempenho da sua função em favor do povo. Quase nada teria que perguntar depois da explanação clara e sucinta de Vossa Excelência.

Mas trago só para clarear uma pergunta feita pelo Deputado Werner Wanderer e que vou repetir. É com referência, se não havia necessidade de corretoras no negócio do Estado que foi lesado em quatro bilhões de cruzeiros; nos empréstimos negociados pelo Secretário Garanhão, as taxas de corretagem foram variáveis no mês de contratação, ou seja, o povo do Paraná pagou para uma operação, 9,5 por cento; para uma segunda 9 por cento e para outras duas, 8 por cento.

A pergunta: qual a razão de ser utilizado, em três das quatro operações negociadas por Garanhão, em dezembro de 83, dois agentes de intermediação ou dois corretores? Será que dado, eu queria saber a importância dessas duas corretoras da necessidade da participação dessas duas corretoras neste negócio?

O SR. BELMIRO CASTOR — Acredito, nobre Deputado Gilberto Carvalho, que essa pergunta tenha sido respondida já.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Secretário, Dr. Belmiro, não me atendo apenas no mérito da operação bancária em questão, pois que, além da convocação de Vossa Excelência e do Sr. Secretário Erasmo Garanhão, para deporem nesta Casa, é importante frisar: por iniciativa da Bancada do PMDB, com o apoio do Sr. Governador do Estado, existe também uma Comissão de Alto Nível legalmente constituída para apurar as denúncias de irregularidades.

Solicito de Vossa Excelência, se possível, para esciarcimento público e também para que fique gravado nos Anais desta Casa, o seguinte: de quem foi a iniciativa de criar esta Comissão de Alto Nível e de convocar elementos da sociedade civil do Estado do Paraná para apurar as denúncias?

Outra pergunta, Sr. Secretário: de quem foi a iniciativa de tornar pública e transparente as notícias relativas ao trabalho dessa Comissão, bem como o resultado final deste trabalho? Qual seria o objetivo? Muito obrigado.

O SR. BELMIRO CASTOR — A resposta, Deputado Sérgio Spada é simples: foi o Governador José Richa que tomou a iniciativa de criar a Comissão de Alto Nível como foi o Governador José Richa que tomou a iniciativa de dar aos seus trabalhos e ao entrecchoque dos seus Secretários em relação a esse assunto tão sério a ampla divulgação possível.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Secretário, nesta tarde memorável em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná inaugura um novo tempo, em que a Bancada Majoritária do PMDB não temeu a convocação de Secretários de Estado para mostrar a transparência de nosso Governo, eu formularia a Vossa Excelência as seguintes perguntas:

Se o "spread" pago pelo Brasil é maior do que o de outros países, em caso afirmativo, se isso tem a ver com nossa imensa dívida externa?

A segunda pergunta: devido ter havido diversas afirmações dos prejuízos ao Estado de quatro milhões seis milhões de dólares nas perguntas formuladas e não me pareceu perfeitamente respondido.

Gostaria que Vossa Excelência me informasse se isso fica por conta do exercício dos que perguntaram ou se na verdade o Estado teve esse prejuízo de 4, 5, ou seis milhões de dólares? A

A terceira pergunta: visto ter dito e sido também perguntado a Vossa Excelência até neste exercício mensal da possibilidade do Banco do Brasil, sem ter cobrado nada, ter servido de intermediário nas negociações, se o Banco do Brasil estaria em condições de intermediar todas as operações de crédito dos Estados brasileiros, ou se é praxe que se usem outras corretoras?

E a quarta pergunta, para encerrar; — também afirmado nesta Casa e inclusive por Vossa Excelência — se ao tempo de governos anteriores as negociações financeiras obedeciam os mesmos critérios do mercado atual, ou seja, se a intermediação é uma inovação da atual conjuntura? E gostaria também que Vossa Excelência expusesse o que Vossa Excelência entende por intermediação, se as taxas cobradas pelas firmas

ligadas ao banco ou se de escritórios de corretagem externos?

O SR. BELMIRO CASTOR — A primeira resposta,

Sr. Deputado Caíto Quintana, é de que certamente o Brasil paga os "spread" mais alto do que muitos outros países, paga um dos "spreads" mais altos do mundo por causa da sua dívida externa, por causa do volume de sua dívida externa, porque o "spread" é uma taxa de risco, é uma taxa que revela inversamente a confiança na capacidade do devedor e nós hoje em dia, passamos com desenvoltura em relação a 83, em "spreads" de 2,5 de porcentagem, e 2 1/8 e por aí afora, há alguns anos atrás falaríamos em 0,5 por cento de "spreads", então está intimamente vinculada a questão do "spread" pago à questão da dívida externa.

A pergunta em relação ao prejuízo que o Estado pode ter sofrido, eu gostaria de inverter e exatamente responder a terceira e quarta perguntas, de Vossa Excelência, antes.

O que eu entendo por intermediação.

Tentei deixar separado ou tentei separar claramente dois tipos de intermediação: um que eu considero natural no mercado, o Brasil em 83 era um mal cliente e como eu mencionei, os bancos não tinham nenhum estímulo em emprestar para o Estado "A" ou "B", se eles podiam deixar no Banco Central sobre abrigo da Resolução 432, não tinham nenhum tipo de despesa e recebiam a mesma remuneração, porque era aquela remuneração do pacote da renegociação da dívida e seriam remunerados nos seus dólares, pelo "spread", pelo "Prime" e mais pela sua "Flat Fee".

Então, há um tipo de intermediação que é a intermediação imposta pelos bancos através de empresas que são a elas associadas.

Se Vossa Excelência pegar por exemplo os documentos do Midland Bak, verá que o Midland Bank Group, que é a entidade central, tem o mesmo endereço, a mesma caixa postal do Midland Bank e o mesmo endereço, a mesma caixa postal, o mesmo telefone do Midland Montagu Ltd., que é a sua empresa de intermediação financeira.

Então, a que se distinguir esse tipo de intermediação que, dependendo das condições de mercado, é indispensável ou não, se Vossa Excelência for ao Midland Bank hoje em dia, eles dirão, nós só faremos a operação com os senhores, se os senhores estiverem dispostos a pagar a nossa comissão à nossa associada, a Midland Montagu, que foi exatamente o que eles fizeram, mandaram a carta, pedindo que mandássemos uma carta em resposta, aceitando as condições de pagar 5 por cento à Midland Mongatu e mais 2 por cento para o corretor.

Então, esse tipo de intermediação, é um tipo de intermediação que o que se pode discutir no caso e eu não quero exatamente entrar nessa discussão, porque ela é pantanosa, é discutir se as taxas foram iguais àquelas que podiam ser, maiores ou menores, porque o Banco também cobra 5 de um, 4 de outro, 3 do terceiro, 7 do outro, dependendo do tipo de cliente, então essa intermediação vamos excluir da discussão e dizer, essa aqui era inevitável.

5, 4, 3 ou 1/2, como a COPEL pagou, mas isso

tinha que ser pago, o que pode efetivamente ser muito claramente discutido, é saber se além dessa intermediação, precisávamos do segundo intermediário, de um corretor para nos apresentar aos bancos, e isto é altamente questionável.

Então quando Vossa Excelência me pergunta o que é intermediação, eu entendo essas duas coisas, primeiro intermediação obrigatória ou quase obrigatória do banco, através das suas associadas, e segundo a intermediação dispensável, muito possivelmente dispensável, quase que certamente dispensável, certamente dispensável, se nós tivéssemos feito um pouco de força para dispensá-la daqueles que são agentes autônomos, despachantes, escritórios de corretagem de dinheiro, escritórios de autônomos de participação como era a Lemann, como era a M. G. Assesores Financeiros, etc.

Então, era essa a pergunta.

A partir daí, fala-se numerosos exercícios, é claro que eu não quero me associar a nenhum deles, o que eu quero dizer é o seguinte: gastamos, neste segundo tipo de intermediação, 744 mil dólares durante o ano de 1983, agora dependendo e aí entra no terreno de interpretação, se o Estado não tivesse pago 5 e sim um, se o Estado tivesse feito isso, se o Estado tivesse feito aqui, daí fazem as contas mais diferentes possíveis, com as quais eu não quero me envolver.

Eu quero apenas objetivamente dizer, o Estado gastou com corretagem tanto. E mais, mais especificamente: o Estado gastou a mais em corretagem, do que precisava ter gasto, 98 mil dólares na operação.

Vamos à última pergunta de Vossa Excelência — o Banco do Brasil poderia ter rolado a dívida de todos os Estados brasileiros?

Veja. O que eu afirmei, é que o Banco do Brasil, muito certamente, deveria ter sido consultado antes de fazer uma operação com o banco internacional privado, inclusive para responder a pergunta de Vossa Excelência. Essa é uma providência elementar. Até para saber se o banco estaria em condições ou não, de rolar esta dívida, é que nós deveríamos ter consultado antes e não um mês depois de ter já acertado uma operação e nos comprometido a pagar quase 500 mil dólares de comissão. Até para responder a pergunta de Vossa Excelência. Porém, a sensibilidade do mercado, o Banco do Brasil já respondeu a um ofício que foi enviado um mês depois da operação fechada, dizendo: — eu não tenho condições de aportar recursos novos; e quanto aos meus 28 bilhões de dólares, vou mandar fazer um estudo. E muito possivelmente este estudo será, totalmente favorável ou parcialmente favorável. Ele vai dizer: sou capaz de rolar os 28 milhões; ou sou capaz de rolar 20 milhões, ou 15 milhões, ou 10 milhões. Em qualquer caso, era obrigação elementar do Secretário Garanhão, ter tirado isso a limpo, antes de aceitar uma operação de crédito com o Banco privado e aceitar pagar a esse banco privado, quase 500 mil dólares de comissão.

Esse é o objetivo. E aí entra no terreno da especulação técnica. Muito provavelmente o Banco do Brasil estaria em condições de rolar parte ou todo da nossa dívida junto a ele.

Apenas ainda para ilustração a Vossa Excelência, para informação de Vossa Excelência. Imaginemos

que isso não fosse possível.

Bom, então o banco mandou dizer que não está disposto a rolar nada. O que é uma situação absolutamente improvável. Mas existe a determinação do Ministro da Fazenda, através do aviso 30 de 1983, renovado pelo aviso 9, de 84, que permite ao devedor, sem que o Banco se manifestar a favor ou contra, fazer exatamente isso. Ele emite uma promissória com data de 30/06/85, como emitia no ano passado, com data de 30/06/84 e manda para o banco. Que é isso que o aviso 30 diz: que o pagamento das dívidas no exterior se fará através de empréstimos do Banco do Brasil. Então o banco paga pelo devedor e depois acerta com o devedor, através do que está definido no aviso 30.

Então, respondendo concretamente a Vossa Excelência: era obrigação elementar do Secretário ter feito esta consulta antes ao banco, antes, e não um mês depois. Segundo, se essa consulta tivesse sido feita tempestivamente, nós tínhamos uma grande chance de ter uma resposta favorável, em relação aos 28 milhões de dólares, que o Estado devia ao banco.

Terceiro, se essa resposta fosse desfavorável, apenas vou raciocinar, até por absurdo, já poderíamos ter lançado mão do aviso 30, que nos permitia pagar essa dívida, sem pagar um tostão de comissão local. Ou seja, poupando ao Estado, quase 500 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

- O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente.

Esta Casa tem demonstrado maturidade na análise das denúncias e não há na história do Governo do PDS registro nenhum de situação igual a essa, de lisura, correção e honestidade.

É bom lembrar e foram feitos alguns aspectos e algumas perguntas, é bom lembrar que aqui foram feitas algumas considerações, mas é bom não se esquecer que os elogios foram feitos, por muitos Deputados do PDS, ao Secretário Belmiro, referem-se ao homem do PMDB.

Ao homem do Governo do PMDB. É bom não se esquecer que há liberdade para que processemos, nesta Casa, o debate sobre esses problemas. É bom não se esquecer que o próprio Governo do PMDB irá concluir e tomar as medidas.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita do ilustre Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha à pergunta que porventura quiser endereçar a Sua Excelência o Sr. Secretário.

O SR. PAULO FURIATTI — Irei fazer a pergunta.

Só lembrando antes que não conheço no Governo do PDS ninguém que tenha feito tamanho debate de discussão popular a respeito dos problemas nacionais.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem)

É claro que o assunto está sendo endereçado à minha pessoa e eu lembro apenas ao orador que por muito menos do que isso o Governo da Revolução cassou um Governador do Estado que era do mesmo Partido.

O SR. PAULO FURIATTI — Só que o povo não teve conhecimento e não participou dos debates.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que se atenha ao assunto objeto da convocação do Sr. Secretário.

O SR. PAULO FURIATTI — Farei a pergunta. Apenas lembrando que o povo não tomou conhecimento.

E, dentro da coerência, iremos cumprir diante da nossa identidade com o povo, restando a Vossas Excelências o côro à nossa prática política.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Secretário, eu gostaria de fazer uma pergunta, se é de seu conhecimento que a própria SUDESUL pediu ao Banco Central do Governo do PDS que fosse evitado intermediações e que fosse feito tudo pelo Banco do Brasil. Se é do seu conhecimento esse respeito e se houve alguma resposta negativa do Governo do PDS facilitando a intermediação.

O SR. BELMIRO CASTOR — Eu não conheço, Deputado Furiatti.

Conheço apenas de jornal que a CODESUL, recentemente havia feito um apelo para que essa intermediação fosse coibida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Já que a resposta, no meu entendimento, do Sr. Secretário passa a ser incompleta, sugiro que Sua Excelência decline a data e o dia desta reunião da CODESUL. Que realmente o Deputado Paulo Furiatti está mal informado.

Ele alega que a SUDESUL é um órgão do Ministério do Interior. Mas houve uma reunião e houve uma manifestação da CODESUL, que é o Conselho de Desenvolvimento da Região Sul, e eu solicito que o Secretário Erasmo Garanhão em atenção à cronologia dos fatos para a apuração que houve contra o Estado do Paraná, diga quando foi esta reunião da CODESUL.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A indagação que Vossa Excelência faz é dirigida ao ilustre Secretário Belmiro Castor?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto o Sr. Secretário, se tem condições de responder à indagação do ilustre Deputado.

O SR. BELMIRO CASTOR — Eu realmente não tenho condições, Deputado Luiz Alberto, de saber qual a data da reunião da CODESUL.

Eu sugiriria a Vossa Excelência que dirigisse amanhã ao Secretário Garanhão, que participou, inclusive, dessa reunião e possa esclarecer Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Já que Vossa Excelência não pode esclarecer, eu esclareço à Casa que a reunião foi realizada depois da contratação dos empréstimos...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita dos Srs. ilustres Deputados, que somente intervenham obedecendo a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário.

Causou-nos estranheza Vossa Excelência ao dizer que os outros governos, eles tinham "know how" para acobertar irregularidades de corrupção na administração.

Para não comprometer a imagem de Vossa Excelência no Paraná, eu queria que Vossa Excelência apenas me respondesse quais os governos da ARENA e do PDS que tiveram este ato de imoralidade.

Porque, eu queria apenas, Sr. Secretário, ressaltar. Os outros governos foram honestíssimos, como foi Jayme Canet, Ney Braga e outros que os antecederam.

E como Vossa Excelência talvez, irrepitidamente tivesse dito ou eu não ouvi direito, queria que Vossa Excelência, para que a imagem de Vossa Excelência que nós respeitamos, Secretário Belmiro, nos dissesse, ou como se diz na gíria, desse nome aos bois, porque nós quando vemos a figura do grande Governador Jayme Canet, rabiscada, nós conhecemos perfeitamente, como Vossa Excelência conhece, a grande figura do Governador Ney Braga, homens que saíram do Governo de cabeça erguida, com sua equipe de trabalho, onde Vossa Excelência fez parte, de cabeça levantada, então é isso que me causou espécie, gostaria que o Sr., para que isto, este trabalho de seriedade da imprensa do Paraná, Vossa Excelência "desse nome aos bois", quais os Governadores que acobertaram corrupção em seu Governo, os Governadores do PDS, que hoje estamos por baixo ...

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, a questão levantada não é pertinente com relação à proposta e aos objetivos dos trabalhos e aos entendimentos já mantidos nesta Casa, eu peço a Vossa Excelência que mostre ao Parlamentar que ocupa a tribuna, para que se atenha às perguntas com relação à questão dólares.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa está com a palavra.

Para responder à Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Tadeu França, entende que as colocações feitas pelo ilustre Deputado Gabriel Manoel são atinentes às questões, porventura levantadas pelo Secretário.

Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Gostaria que Vossa Excelência descontasse o tempo inoportuno que o ilustre Deputado ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está descontado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr.

Presidente.

Eu conheço o Secretário Belmiro, homem sério, honesto e probo, mas o que eu não posso admitir, Sr. Presidente, é que os nomes dos grandes Governadores que o Paraná teve sejam agora postos em dúvida, e é por isso que eu pediria a Vossa Excelência, para que sua imagem continue, Secretário Belmiro, no Paraná, lúcida e transparente, para que diga quais os Governadores do Paraná que compactuam com a imoralidade.

Muito obrigado.

O SR. BELMIRO CASTOR — Nobre Deputado

Gabriel Manoel, aparentemente eu não fui entendido quando disse que o Governador Richa deveria ter tido dificuldades de conduzir o assunto, por falta de "KNOW HOW". Não é nenhuma novidade que este fato que nós estamos vivendo hoje é inédito, este fato é histórico, eu queria que Vossa Excelência, se fosse possível, apontasse outra ocasião na História política e da administração brasileira, outra ocasião na nossa História recente, em que um Governo, através de seus Secretários venha a esta Assembléia ...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Eu

queria que Vossa Excelência apontasse, porque eu não tenho quem apontar nem contra o Governo do Richa, nem contra o Governo do Canet, que foi o melhor Governador que o Paraná teve, nem contra o grande Líder Ney Braga, e se Vossa Excelência disse, Sr. Secretário, perdoe-me esta ingerência, dê nome aos bois.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não aceita a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência por falta de amparo regimental.

Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. BELMIRO CASTOR — Então o que eu

disse e reafirmo é que Sua Excelência o Governador deve ter tido dificuldades, por falta de precedente, recente, em fazer a apuração de um fato dessa gravidade, que envolvia auxiliares diretos dele, porque hoje não é nenhuma novidade, que no Brasil, e isso aí basta consultar a imprensa diária e cotidiana, que no Brasil esse é um caso inédito em que os Secretários são trazidos ao escrutínio da Assembléia Legislativa sobre fatos expressos e são ouvidos no seu Plenário, da forma como está ocorrendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Ilustre Secretário

Belmiro Castor, digno Secretário do Planejamento, pessoa que todo o Paraná conhece e admira, e não fosse a presença de Vossa Excelência aqui hoje e declarações de Vossa Excelência anteriormente, o Paraná não estaria sendo informado hoje, através de toda a sua imprensa, dos fatos acontecidos, escabrosos, postos ao conhecimento público!

Apenas duas perguntas, suscintas, formularei ao Sr. Secretário.

A primeira é se Vossa Excelência pode nos responder, em cruzeiros, qual foi exatamente o valor, qual seria o prejuízo em cruzeiros do Estado, se o empréstimo que está em andamento, na ordem de 7,2 milhões de dólares, tivesse a sua continuidade, quer dizer, se fosse consumado o empréstimo na forma que ele estava sendo encaminhado, até que houve a interferência de Vossa Excelência e do Chefe da Casa Civil.

E a outra pergunta, a segunda pergunta, qual foi o prejuízo real em cruzeiros, do Paraná, deste empréstimo de 98 milhões de cruzeiros porque a exemplo do Deputado Quielse, este Deputado também entendeu que se com o empréstimo fossem obedecidas as normas tradicionais, quer dizer, 20 anos de experiências na obtenção de empréstimos do exterior, qual foi o prejuízo em cruzeiros, se procedesse da mesma forma, isto é, da COPEL, BADEP, e outras empresas, sem a intermediação obrigatória?

O SR. BELMIRO CASTOR — Deputado Basílio

Zanusso, eu mencionei na minha exposição, que o valor da corretagem seria pago na operação de 7 milhões e duzentos mil dólares, que eu questionei, eu e o Deputado Scalco questionamos, somaria 493 mil dólares. Este é o total da comissão a ser paga. Refiro-me novamente a uma resposta que eu dei ao nobre Deputado Caíto Quintana, desse valor nós teríamos que separar o que é a intermediação obrigatória do Banco, o que é intermediação do corretor.

Então, o conceito de prejuízo, vai variar em função do que se atribui a isto, e se nós chegarmos à conclusão, se nós chegássemos à conclusão, de que o que era dispensável, era a corretagem do segundo intermediário, que era a Lemann Ltda. e que iria receber por isto, 2 por cento do empréstimo, isso levaria a um valor de 144 mil dólares, que seriam convertidos à taxa de data da contratação.

A taxa de hoje é alguma coisa com 220, 230 milhões de cruzeiros, alguma coisa por aí.

Em relação à segunda pergunta, Deputado, eu vou pedir licença a Vossa Excelência para referir que eu já tentei respondê-la mais uma vez, dizendo que, dependendo se a intermediação do agente do Banco custasse mais ou menos, nós só a partir daí, é que poderíamos dizer, bom, o Estado poderia ter gasto menos, tanto, ou poderia ter gasto mais tanto.

O que certamente aconteceu, e é o que eu tenho desde o começo tentado enfocar, é que, pelo menos em operação, nós tivemos um gasto adicional de 98 mil dólares, e a partir daí, nós podemos fazer todas as operações possíveis, ou não fazer nenhuma, em função, de se nós acharmos que a comissão de intermediação dos agentes pertencentes aos Bancos é ou não, indiscutível.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Secretário,

é com satisfação que esta Casa vive uma tarde feliz, porque estamos numa reabertura democrática, com esforço de muitos conquistada passo a passo, e que a democracia se configura na valorização do Poder Legislativo. E verdadeiramente este Poder, com a presença de Vossa Excelência e com o depoimento de Vossa Excelência, está hoje altamente valorizado.

Quando fazemos elogios à coragem de Vossa Excelência, fazemos exatamente, e eu faço também nesta hora, sabendo de que Vossa Excelência é um homem de outro partido, mas é necessário neste País de que nós tenhamos responsabilidade, consciência e seriedade acima das siglas partidárias, para podermos almejar que alguma coisa possa ser construída em favor dessa Pátria. Por isso, eu tinha várias perguntas a fazer a Vossa Excelência, mas no depoimento feito por Vossa Excelência já ficaram, no meu entendimento, respondidas, porque as declarações feitas por Vossa Excelência foram além daquilo que eu esperava. Sabendo que Vossa Excelência teria dificuldade partidária e teria dificuldade por fazer parte do Governo, que ao meu entendimento tem explicações a dar a este povo.

Mas como algumas perguntas não ficaram devidamente esclarecidas e uma delas foi formulada pelo Deputado Aírton Cordeiro, quando perguntou a Vossa Excelência se já que foi usado na transação feita pelo Midland Bank, se era possível fazer essa intermediação através da corretora do Banco do Estado? Vossa Excelência não respondeu e a mim ficou a indagação. Eu gostaria de ouvir esta resposta. A outra pergunta Vossa Excelência já esclareceu de que os documentos que aqui foram apresentados, foram entregues a Sua Excelência, o Sr. Governador. Eu perguntaria se Vossa Excelência já foi ouvido pela comissão de alto nível e se também fez a entrega desses documentos aqui apresentados, à comissão designada pelo Governador.

E eu ainda, para esclarecimento pessoal meu e de alguns companheiros de bancada, indagaria a Vossa Excelência se pudesse na hora em que Vossa Excelência fez referência a alguns Governos que não tem "Know-How". Se Vossa Excelência se referia a ex-Governos deste Estado ou Vossa Excelência se referia a Governos desta Nação, e se for confirmado a Governo deste Estado eu gostaria que Vossa Excelência enumerasse com clareza para que nós pudéssemos continuar nesta caminhada.

O SR. BELMIRO CASTOR — Em relação à primeira resposta, realmente o uso do Banestado podia ter sido feito, e foi. Nos Governos anteriores, inclusive eu posso dar meu testemunho das negociações levadas a cabo durante o Governo Canet de quem eu fui Secretário de Planejamento. As negociações de crédito externos eram tratadas pelo diretor de câmbio do Banestado. Era o Diretor de Câmbio do Banestado que as fazia. Nos nossos primeiros seis meses, até que essas operações fossem avocadas pelo Secretário e pela Secretaria de Finanças, as operações "63" realizadas que eu mencionei aos Srs., todas foram feitas na diretoria de câmbio do Banestado,

na época dirigida pelo Dr. Valdemar, não é isso, que era o Chefe da Diretoria de Câmbio.

Nessas operações inclusive, não foram pagas taxas de corretagem. A presença de corretores nas operações se deu nas operações mais recentes. Segundo lugar, eu serei ouvido pela comissão de alto nível amanhã, a partir das oito horas; e também a documentação que foi exibida aqui, será exibida lá.

E a terceira pergunta do nobre Deputado Gabriel Manoel. Eu fiz uma afirmação genérica de que realmente num País como o nosso que nunca assistiu a um ato cívico dessa grandeza que nós estamos vendo aqui o "Know-How" da apuração dos atos e da exação dos homens públicos é extremamente deficiente.

O SR. PRESIDENTE — Eu consulto à Liderança do Partido Democrático Social se deseja fazer uso do tempo que lhe é destinado, por quatro minutos restantes do seu tempo gasto, mais dez prorrogáveis, conforme entendimento entre as lideranças.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, o tempo está repartido igualmente entre os Srs. Parlamentares Erondy Silvério, Aírton Cordeiro e este Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Seriam quatorze minutos divididos por três Srs. Deputados. Gostaria que Vossa Excelência designasse o tempo de cada um, já que é impossível se dividir essas frações de tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Deputado Erondy Silvério, por quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra, por quatro minutos, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Sr. Secretário do Planejamento. Eu não pretendia mais usar a tribuna, Sr. Presidente, porque já havia feito anteriormente.

Todavia, eu que naquele pronunciamento havia elogiado a atitude do Secretário Belmiro Castor em trazer ao conhecimento do Paraná, atos de possível corrupção na contratação de empréstimos em moeda estrangeira, ao final já tenho uma impressão ligeiramente diferente da atuação do Sr. Secretário do Planejamento. Porque Sua Excelência foi muito infeliz ao, elogiando o Governador José Richa, como é de seu dever - afinal ele faz parte de uma equipe de Governo - ele procurou denegrir a figura de ex-Governadores do Paraná, quando afirmou alto e bom som - estão aí as gravações e as notas taquigráficas para comprovarem - quando ele afirmou - que a atitude do Sr. Governador José Richa foi uma atitude inédita, porquanto os outros Governos tinham desenvolvido "Know-How" de acobertamento a irregularidades administrativas - e eu emendo - possivelmente de corrupção.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu fui líder de três Governadores neste Estado: um por

curto período, Governo Paulo Pimentel; durante todo o segundo período do Governo Ney Braga, e também no período de encerramento do Governador Hosken de Novaes.

Auxiliei muito a liderança da Arena na oportunidade, na condução dos negócios do então Governador Canet Júnior, auxiliei pela experiência adquirida ao longo desses anos em que eu via no ex-Governador Canet Júnior um homem de bem; um homem cuja única preocupação era governar bem e com honestidade.

Não posso aceitar essas insinuações do Sr. Secretário do Planejamento, mesmo porque no nosso Governo nunca houve um caso de Secretário acusar Secretário do mesmo partido e do mesmo Governo.

Nós não ouvimos, ainda, a defesa do Sr. Erasmo Garanhão, mas temos certeza que ele contará aqui uma outra história.

Por isso os nossos Governos nunca tiveram que constituir comissões de alto nível, porque isso nunca existiu no nosso Governo.

Pergunto à Casa e ao Paraná qual o dia, este sim um fato inédito, em que um Secretário de Estado denuncia à opinião pública, à execução pública, um seu colega de equipe de Secretariado.

Nunca aconteceu isto no nosso Governo. Por isso, nunca houve a necessidade das comissões especiais. Porque Ney Braga, Jayme Canet, Paulo Pimentel jamais acobertaram atos de corrupção, irregularidades administrativas. E se o Sr. Secretário tem conhecimento de um só ato de corrupção no nosso Governo, ou de irregularidade administrativa, por favor ele que denuncie à opinião pública do Paraná, porque eu desconheço e eu gostaria, então de interpelar o Governador em cujo período ...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo destinado a vossa Excelência, está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência e espero que fatos de corrupção do nosso Governo venham a lume para que eu possa, pelo menos, telefonar a Ney Braga, Jayme Canet, a Paulo Pimentel e dizer: "Olha, foi acobertado tal fato no seu Governo".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador, Sr. Deputado credenciado pela Liderança do PDS, Sr. Deputado Ailton Cordeiro, por cinco minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Princípio manifestando a minha estranheza pela desatenção do Governo do Estado que até este momento não respondeu a este Poder, o pedido de informações que acabou por determinar o questionamento público das transações internacionais promovidas, patrocinadas e contratadas pelo atual Governo.

Da mesma forma como denunciou antes o Deputado Erondy Silvério — denunciou à Casa e ao Paraná — que não é a primeira vez que este Governo do PMDB mente à Assembléia Legislativa oficialmente, porque já o fizera antes, através do

Secretário da Indústria e do Comércio, e a Presidência desta Assembléia, provocada por este Deputado, devolveu as informações ao Poder Executivo e até hoje não recebemos a retificação da mentira e nem a ratificação.

Igualmente é bom que o Paraná saiba que, até esta data, um pedido de informações sobre as demissões de funcionários públicos deste Estado, não foi respondido de acordo com os termos aprovados por este Plenário pelo Governador José Richa, que dá as costas ao Legislativo e que quer fazer desta Casa o seu quintal e que não vai fazer com a nossa anuência. E se hoje nós estamos aqui, foi porque o PDS provocou a transpiração desta matéria publicamente. Não renunciamos ao direito de avocar aos nossos companheiros de bancada este papel histórico. Não há concessão do PMDB quando aqui está um ilustre Secretário que - reitero - não me decepcionou pela firmeza do seu caráter e, quando aqui estará o Secretário das Finanças. Mas nisso também não há ineditismo. Deputado de segunda Legislatura, dou o meu testemunho sobre a presença de Secretários do Governo passado nesta Casa, convocados até extra-oficialmente desta tribuna. E não é demais mencionar que no episódio da Universidade de Londrina, o Secretário Edson Machado permaneceu aqui das dezoito horas às seis horas da manhã acompanhando o trabalho da Comissão de Educação.

Não há, portanto, porque se vangloriar, inclusive porque este é um Poder que tem compromisso com o povo, e este Poder só pode e deve ser exaltado na medida em que se faz respeitar e exige respeito. O papel desempenhado pelo PDS é de acordo com a sua postura de oposição, em cumprimento à Constituição, em cumprimento à satisfação permanente que nós devemos a todos os paranaenses. Conseqüentemente, não há porque fazermos a exaltação deste episódio. Eu preferia não vê-lo, Secretário Belmiro, nesta hora, porque, se Vossa Excelência não estivesse aqui, o Paraná não estaria vivendo o "escândalo dos dólares", e o Brasil não saberia que este é um Paraná enxovalhado pela imoralidade, enxovalhado pela falta de firmeza do Governador, enxovalhado pela negligência - pelo menos pela negligência - do Secretário das Finanças que pagou a mais, quando não deveria pagar nada de comissão, porque este dinheiro foi lá fora, contratado e intermediado pelo Governo Federal na renegociação da dívida externa do Brasil.

Não deve a Assembléia nada ao Governador ou ao PMDB: esta Assembléia deve tudo ao povo do Paraná que espera de todos nós correção, exação e, sobretudo, fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Líder do Partido Democrático Social, Luiz Alberto Oliveira, por cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Bernard Shaw, sempre repetido por Robert Kennedy, dizia que "há algumas pessoas que vêem as coisas erradas e se perguntam por que. Outras pessoas sonham coisas erradas e se perguntam

por que não." É dever desta bancada, mesmo discordando de algumas colocações feita pelo Secretário Belmiro Castor, dizer que Sua Excelência teve a coragem de denunciar o "escândalo dos dólares" que causou um efetivo prejuízo ao Estado do Paraná, da ordem de 740 mil dólares ou o equivalente a um bilhão e cem milhões de cruzeiros.

Ficou caracterizado, provado ao Paraná, pela documentação exibida neste Plenário, de que o Estado do Paraná teve um dano, um prejuízo da ordem de um bilhão e cem mil cruzeiros. É necessário para que se restaure a moralidade pública, agora, que nós Parlamentares do PDS, que sempre estivemos vigilantes no exercício da oposição, e os Deputados governistas do PMDB, se preocupem com os próximos passos que é o ressarcimento aos cofres estaduais das quantias pagas e autorizadas pelo Secretário de Finanças a mais de comissões, que foram engordar o bolso de meia dúzia de picaretas. De picaretas que se apropriaram do dinheiro público.

Esta é a esperança de que esta Casa não faça como o Governador José Richa, que passa a ser o verdadeiro Pilatos da história política paranaense, mas sim que nós tenhamos, nos termos da Constituição, nos termos que nos impõe a nossa consciência de homens públicos preocupados com o dinheiro do povo, que nós possamos neste Poder, exigir o ressarcimento aos cofres públicos das quantias pagas a mais.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que nós convoquemos a esta Assembléia também os outros envolvidos no "escândalo dos dólares". É preciso que nós tragamos à Assembléia Legislativa, o Secretário Chefe da Casa Civil, Euclides Scalco, para que ele possa também dar a sua versão, de vez que ele é co-responsável ao lado do Secretário Belmiro Valverde Castor pelas sérias denúncias de falta de exatidão no cumprimento do dever, do Secretário Erasmo Garanhão.

Igualmente com relação ao Procurador Geral do Estado, é necessário que nós possamos ouvir o Dr. Mauro Maranhão para que ele também traga a sua versão a este Poder e após isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual, é preciso que este assunto vá ao Poder Judiciário, para que os Secretários responsáveis pela má aplicação dos recursos públicos sejam processados perante o Poder Judiciário do nosso Estado. E para que nós tenhamos efetivamente restabelecido a moralidade do Estado do Paraná, é preciso que aquele egrégio Poder Judiciário possa, ele sim, determinar o ressarcimento aos cofres públicos das quantias pagas a mais.

Esta é a esperança do PDS. Este assunto não pode ficar adstrito a nenhum partido. É assunto que interessa ao povo do nosso Estado. E na certeza de que este Poder saberá corresponder à expectativa popular, é que a Bancada do PDS agradece a presença do Secretário Belmiro Valverde Castor.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do horário

que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor Líder do PMDB, Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prometemos mudanças em 1982. Elas vieram ao Paraná. Fala o Paraná por um canal de televisão, mudança que infelizmente não ocorreu em âmbito nacional, quando todos os brasileiros foram impedidos de assistirem à histórica sessão do dia 25 de abril, no Congresso Nacional. Porque lá, a imprensa brasileira foi censurada; lá o Congresso Nacional ...

(TÍMPANOS)

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, invocando novamente o Regimento da Casa, eu solicito que o orador não desvie do assunto para o qual fomos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não cabe a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, porque ficou claro no anúncio feito por esta Presidência que o horário das lideranças seria usado para formular perguntas ou tecer considerações.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado. Peço a Vossa Excelência que desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Será descontado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Houveram mudanças.

Tanto houveram mudanças que hoje esta Assembléia, orgulhosamente, não é mais quintal do Poder Executivo, como outrora, infelizmente foi. Outrora, Sr. Presidente, foi um quintal do Executivo. Renê Ariel Dotti, personalidade emérita, advogado do Líder da Oposição na Casa, escreveu recentemente palavras que marcam data no Paraná. Publicada em todos os jornais do Estado do Paraná que eu quero transcrever:

"Se a Assembléia Legislativa do Paraná baixar Resolução sustando o andamento do processo contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira, estará dando uma demonstração de vitalidade do Poder Legislativo e da inviolabilidade do Parlamento. Como sua expressão básica e suprapartidária.

Tal solução se colocará acima e muito além da configuração dos interesses maiores ou menores, visto sob o ângulo partidário e da proteção de valores individuais, embora respeitáveis, para restaurar a boa memória da histórica disposição de alguns jovens e valentes Deputados, que no ano de 1971, sacudiram o Estado do Paraná e chamaram

a atenção nacional. Foi quando obtiveram eles, no Judiciário, o direito líquido e certo de votar com independência e dentro da Lei, a emenda constitucional que um Governador transitório e ilegítimo, pretendia impor com o sacrifício da forma e do conteúdo.

Aqueles Deputados, conclui, Renê Ariel Dotti, pertenciam ao Movimento Democrático Brasileiro. E não eram 34 como hoje somos, mas apenas 9 Deputados que tiveram que ir ao Judiciário para fazer valer os seus direitos. Em 1976 quando esta Assembléia, o PMDB de então possuía 4 Deputados, e não tínhamos ainda maioria para operar as mudanças que hoje temos orgulho de bater no peito e dizer: de que só aconteceram porque somos maioria.

Em 1974, o Deputado Valdenício Barbalho, requeria à Casa que um escândalo dos muitos e das centenas que apontávamos diariamente e diuturnamente nos jornais, como "O Estado do Paraná" denunciava dos Governos passados. E queríamos ouvir um Secretário de Estado aqui. E eu me reporto aos Anais da Casa para refrescar a memória daqueles que hoje, como vestais da moralidade pública, querem esquecer um passado que lhe é contrário e acham que a moralidade pública pode ter um corte na história.

Valdenício Barbalho requereu que esta Assembléia se transformasse numa Comissão Geral e como agora, no meu entendimento, pretende a ilustre Bancada do PDS ao querer ouvir outros Secretários e inclusive o Procurador Geral do Estado.

E, dizia então o nobre Deputado nosso ex-colega: "Afinal, se o Governo está certo e a Secretaria do Interior", isso em 22 de novembro de 1977, também, porque Sua Excelência o Secretário não vem aqui e diz à Assembléia que houve um engano e não um erro, como afirma o Deputado Wilson Fortes, queremos dizer o seguinte, que em matéria de concorrência pública, tanto faz tanto faz erro ou engano, as firmas que concorreram e perderam foram prejudicadas e há evidente corrupção, porque quando a firma confecciona tubos e o edital exigiu que fossem confeccionados na base de armação de ferro e uma firma que faz uma armação sem ferro há protecionismo à firma que ganhou concorrência, foi o célebre escândalo de duas firmas que confeccionavam tubos para o combate à erosão no Nordeste e depois numa sindicância verificada, se constatou que aqueles tubos não tinham armação de ferro nenhuma, mas requeremos que os Secretários da época fossem ouvidos, e o resultado está aqui na Ata, em que a maioria subserviente de então, que transformou lamentavelmente no verdadeiro quintal do Executivo, impediu que a minoria da Casa pudesse ouvir os Secretários, prometemos mudanças e elas aqui estão, não pelo simples fato de hoje termos a televisão aqui, a imprensa livre para dizer o que quer, mas porque para convocar um Secretário de Estado, se exige trinta votos da Casa e o PDS não tem este número.

Portanto, Srs. Deputados, é a primeira colocação que nós queremos fazer aqui, só foi possível isto, de nós abriremos esta Assembléia como eu dizia inicialmente, inteiramente escancarada para a imprensa, inteiramente livre para que o

povo viesse aqui assistir, porque nós da Bancada do PMDB somos a Maioria da Casa.

Sr. Presidente, nobres Deputados, muitos procuram dizer de que está havendo um escândalo no Paraná, de que há um torvelinho, de que há um rebuliço no governo.

Torvelinho, rebuliço, movimentação, existe Sr. Presidente, nas águas claras e cristalinas que se movimentam não nas águas paradas, podres, lodacentas, limosas da paralisação total, da omissão, que lamentavelmente tomou conta deste Brasil, como disse muito bem o Sr. Secretário do Planejamento ao iniciar o seu pronunciamento. Existe muita água parada neste imenso Brasil, água parada da CAPEMI, da COROA - BRASTEL, da DELFIN e se nós fossemos aqui enumerar nós criaríamos um verdadeiro oceano, mas este rebuliço, esta movimentação das águas é porque elas são cristalinas e transparentes, como nós queremos nesta simbologia do uso, que o nosso Governo seja transparente e cristalino, escândalo pode interpretar aquele que não esteja acostumado, vivenciado e habituado com democracia, aqueles que tiveram o poder por tanto tempo e hoje se apressam no hábito de prejulgar as coisas como foi o tempo do "AI-5", como foi o tempo em que não existia "habeas - corpus" para defesa individual de seus direitos e nós do PMDB sempre lutamos para reconstruir o estado de direito desta Nação, como lutamos até hoje porque queremos eleições diretas, que é a partir daí, como se disse que o povo vai analisar, não só a corrupção estadual, mas principalmente a geratriz de toda a corrupção; a geratriz da infelicidade da Nação brasileira, que não tenham dúvidas, nem nós e nem os Srs. Deputados do PDS sabem existir no Governo Federal. Porisso, Sr. Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa, me congratulo com Vossa Excelência ao presidir uma Sessão histórica como esta.

Se disse aqui, Sr. Presidente, que houve corrupção na transação, há um prejulamento. Pode ter havido prejuízo ao Estado do Paraná, mas pode não ter havido corrupção. Queremos ouvir a versão do outro Secretário, Sr. Presidente, porque isto é ser um juiz, calmo, sereno e tranqüilo; o prejulamento é próprio dos apaixonados e dos que se deixam levar pela emoção; não dos que usam a lógica, a razão e a sabedoria humana. A sabedoria humana construiu no curso da história um processo e uma sistemática processual, em que ambas as partes devem ser ouvidas. E que só então, quem pretenda ser julgador, exerça o direito de julgar. Aquele que pretende ser juiz e que se antecipa ao ouvido da prova, está prejulando e não tem o requisito mínimo para ser juiz imparcial e correto. Os que pretendem a partir de hoje, um prejulamento do Governo do PMDB; "data vênia" não merecem e não têm a moral de dizer de que são árbitros ou juizes, serenos, tranqüilos e imparciais.

Disse até, a nossa imprensa, no "Correio de Notícias" de hoje que eu faço questão nesta data histórica, de incorporar a este pronunciamento. Não palavras minhas; da Imprensa do Paraná, que eu acredito nenhum Senhor Deputado tem a coragem de censurar a imprensa. E é digno que ela fale nesta Sessão.

(Lê): "Não há mecanismo mais conhecido do que a moralidade dos rufiões e dos cafetães. É comum vê-los a prepararem austeridade num mimetismo

surpreendente, como o Bicho do Pau, que se faz passar por um galho de árvore, ou da garota do trottoir que utiliza roupas de colegial, para caçar nas calçadas da escola. Há situações requintadas de mimetismo, superiores mesmo àquelas que os animais adotam, para vencer ou escapar dos seus inimigos, para ambientar-se, enfim. E ninguém hoje, no eco-sistema político de nosso Estado configura tal situação como o PDS; elo perdido da evolução. Sem vocação para o poder, como o demonstrou de forma exuberante na política de rapina e pilhagem, aqui praticada desde os tempos de seu embrião, também de triste memória, a Arena, mostra-se agora incapaz para a oposição. O caráter posição de suas juras à democracia, e o tom falsete de suas denúncias, lembra uma fábula, a do cão que atravessava o rio, carregando um osso à boca, e viu a sua imagem refletida nas águas e por um impulso de gula, quis tomar a comida do que julgava ser um outro animal, ficando sem nada.

O PDS teve uma oportunidade para mostrar-se capaz de um mínimo de exercício de democracia com o funcionamento da CPI da corrupção. Fugiu dela porque tinha aguda consciência de sua culpa, noção plena dos crimes que não pretende sequer espionar. Como só praticou o exercício da submissão, não tem grandeza, senso ético e inteligência, para compreender o gesto de um Governo, que se abre a uma investigação interna, como o de Richa.

Adisposto pelo não exercício da crítica e autocritica, pela servidão sedentária estabulada ao domínio de uma só vontade, quer faturar a crise alheia e enfrentada democraticamente. Uma pena que Richa e o Governo do PMDB não façam com os gestores de ontem, um exame com tal alcance, como o revelado na crise atual. Está aí uma divisa, um juramento de todos os peemedebistas, para que todas as falcaturas do passado, sejam examinadas com o mesmo ritual e com o mesmo rigor da tendência em exame.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tentou-se levantar dúvidas contra o emérito Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Otto Luiz Sponholz, porque na sua atuação desmedida, frente à Ordem dos Advogados do Brasil, aquele ilustre bacharel vem tendo ultimamente uma atuação que faz bem e que traduz a sociedade civil paranaense, interessada nos destinos da coisa pública. Ordem dos Advogados do Brasil, que tem autoridade moral inclusive de entrar com ação popular, contra o Tribunal de Contas e contra a própria Assembléia. Por lei aqui votada por nós.

Sr. Presidente, recebemos há poucos instantes que o ilustre Presidente da OAB se retirou da Comissão de Alto Nível instituída pelo Governo José Richa e, em seu lugar foi nomeado o Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado do Paraná, o Professor Universitário Fábio Dora Scapelim.

E passou a Presidência desta Comissão de Alto Nível ao General Luiz Pereira Tourinho.

Este General Luiz Carlos Pereira Tourinho deve receber da ilustre Bancada do PDS, o Título de Cidadão Benemérito que lhe foi outorgado na Legislatura passada e que por uma injustiça até hoje não lhe foi entregue. Reavivo a memória dos Parlamentares do PDS para que cumpram justiça com este grande paranaense.

Mas, Sr. Presidente e Senhores Deputados, a posição de nossa Bancada tomada democraticamente, em harmonia com o Poder Executivo, foi no sentido de respaldarmos a posição histórica assumida pelo Governador José Richa.

Ele, Executivo tomou a iniciativa de apurar este fato. Constituiu uma Comissão de Alto Nível.

Nós da Assembléia Legislativa, da Bancada do PMDB, sem abrimos mão das nossas prerrogativas constitucionais para possibilitar e para não sermos acusados como se tentou dizer aqui que isto é quintal do Executivo, hoje assegurando direito à minoria; direito que nos foi negado; direito sagrado e legítimo que o povo do Paraná tem de saber das coisas públicas que acontecem neste Estado e nós estamos com o Governador José Richa nesta questão.

Porque, como tem reiteradamente dito através da imprensa, palavra que o Governador até hoje cumpriu e honrou sobremaneira; ele haverá de tomar no tempo oportuno, como verdadeiro juiz, uma decisão que, acredito também, será histórica no Estado do Paraná.

E que a grande imprensa nacional, como nós fizemos questão de juntar no requerimento que embasou a audiência dos Senhores Secretários no jornal que acompanha "pari - passu" a política nacional, o Correio Brasiliense em editorial de que cita "que Richa dá a lição".

Ele haverá de tomar no tempo oportuno em que a Comissão de Alto Nível lhe apresentar o resultado das investigações, haverá de tomar uma decisão histórica.

Aqui estaremos, amanhã, assegurando como hoje a imprensa do Paraná é testemunha disso, a ampla participação à Bancada do PDS para que ela questione, à vontade, os Senhores Secretários. Para que ela cumpra o seu verdadeiro papel e, para isso nós do PMDB estamos aqui, estivemos aqui para assegurar este direito. Direito que os Senhores têm que reconhecer que nos foi negado no passado; que está nos sendo negado à nível nacional, quando quisemos ouvir um General envolvido no "Relatório Saraiva" e, a Bancada majoritária do PDS no Congresso Nacional negou às oposições brasileiras vergonhosamente, subservientemente que o "Relatório Saraiva" de Comissões, não de um Secretário de Estado, mas no todo poderoso Chefão Delfim Neto que traz a desgraça a esta Nação. Tivesse a Nação brasileira o direito de saber, não são noventa e oito mil dólares, nobres Deputados. São bilhões de dólares de uma sistemática criada mais para facilitar a corrupção...

O SR. PRESIDENTE --(Trajano Bastos) --A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Concede-lhe trinta segundos do aparte levantado pelo ilustre Deputado Quiélse Crisóstomo.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Srs. Deputados, se a Bancada do PDS quiser que haja devolução de dinheiro ao Estado do Paraná, ela, a Bancada do PDS, que dê o exemplo, que comece revertendo aos cofres públicos o que aconteceu no Tribunal de Contas, Srs. Deputados. (Aplausos).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- (Pela ordem). Eu solicito que o Deputado Nilso Sguarezi mande devolver aos cofres da Assembléia os parentes que ele nomeou na Assembléia Legislativa. (Aplausos).

O SR. PRESIDENTE --(Trajano Bastos) -- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, às 14h30m, para a audiência do Excelentíssimo

Senhor Secretário das Finanças, na qual responderá aos Senhores Deputados sobre os fatos que originaram a criação de uma Comissão de Alto Nível determinada pelo Decreto nº 2934/84.

Levanta-se a sessão.